



Curso de Determinantes Sociais da Saúde



UNIDADE TEMÁTICA 2: AS DESIGUALDADES SOCIAIS							
SIGLAS E ACRÓNIMOS							
INTRODUÇÃO							
Objectivos 	<p>No final desta UT pretende-se que os formandos sejam capazes de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reflectir sobre as diferenças e semelhanças entre os conceitos de equidade/iniquidade - Descrever e analisar os níveis e tipos de desigualdades existentes, assim como os factores determinantes das mesmas. - Identificar as medidas da desigualdade existentes. - Analisar de forma crítica as desigualdades de género e a sua relação com a pobreza. - Compreender a relação existente entre as desigualdades e os objetivos de desenvolvimento. - Reflectir, com perspectiva crítica, sobre as principais desigualdades sociais na Região Africana e em Moçambique. 						
 Palavra-chave	<p>Palavras-chave</p> <p>Desigualdades sociais. Desigualdades de género. Pobreza e desigualdade. Objectivos de Desenvolvimento.</p>						
Conteúdos 	<table border="1"> <tr> <td style="text-align: center;"><i>Igualdade e Desigualdade Social</i></td> <td> <ul style="list-style-type: none"> - Base conceptual. - Significado de equidade/iniquidade e igualdade/desigualdade. Diferenças e semelhanças. </td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;"><i>As desigualdades sociais e suas causas</i></td> <td> <ul style="list-style-type: none"> - As desigualdades sociais: Causas ou factores determinantes. - Níveis, tipos e medidas da desigualdade: Pobreza e desigualdade. - Desigualdades e desenvolvimento: Os objectivos de desenvolvimento. </td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;"><i>Principais desigualdades a nível mundial</i></td> <td> <ul style="list-style-type: none"> - As principais desigualdades sociais a nível mundial. - As desigualdades de género: uma particular expressão das desigualdades sociais. - As principais desigualdades sociais na Região Africana: As desigualdades de género. </td> </tr> </table>	<i>Igualdade e Desigualdade Social</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Base conceptual. - Significado de equidade/iniquidade e igualdade/desigualdade. Diferenças e semelhanças. 	<i>As desigualdades sociais e suas causas</i>	<ul style="list-style-type: none"> - As desigualdades sociais: Causas ou factores determinantes. - Níveis, tipos e medidas da desigualdade: Pobreza e desigualdade. - Desigualdades e desenvolvimento: Os objectivos de desenvolvimento. 	<i>Principais desigualdades a nível mundial</i>	<ul style="list-style-type: none"> - As principais desigualdades sociais a nível mundial. - As desigualdades de género: uma particular expressão das desigualdades sociais. - As principais desigualdades sociais na Região Africana: As desigualdades de género.
<i>Igualdade e Desigualdade Social</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Base conceptual. - Significado de equidade/iniquidade e igualdade/desigualdade. Diferenças e semelhanças. 						
<i>As desigualdades sociais e suas causas</i>	<ul style="list-style-type: none"> - As desigualdades sociais: Causas ou factores determinantes. - Níveis, tipos e medidas da desigualdade: Pobreza e desigualdade. - Desigualdades e desenvolvimento: Os objectivos de desenvolvimento. 						
<i>Principais desigualdades a nível mundial</i>	<ul style="list-style-type: none"> - As principais desigualdades sociais a nível mundial. - As desigualdades de género: uma particular expressão das desigualdades sociais. - As principais desigualdades sociais na Região Africana: As desigualdades de género. 						

		- Principais desigualdades sociais em Moçambique.
Actividades	ALGUMAS DESIGUALDADES SOCIAIS. A TEIA DE ARANHA: A HISTÓRIA DA MIRIAM	
Metodologia de Avaliação	Avaliação quantitativa: Prova/teste que pode ser de escolha múltipla ou com perguntas abertas. Avaliação qualitativa: Participação no fórum de debate, realização de actividades propostas, participação nas sessões de webinar.	
Bibliografia/Webgrafia/Vídeos		

SIGLAS E ACRÓNIMOS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
BM	Banco Mundial
CDD	Centro para Democracia e Desenvolvimento
COVID 19	Coronavirus 19
DSS	Determinantes sociais da saúde
FAD	Fundo Internacional para a Agricultura e o Desenvolvimento (FAD em inglês)
FMCM	Famílias monoparentais chefiadas por mulheres
FMI	Fundo Monetário Internacional
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
HOI	Índice de Oportunidade Humana (em inglês)
IDG	Índice de Desenvolvimento de Género ajustado à desigualdade
IDGI	Índice de Desigualdade de Género
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-D	Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado pela Desigualdade
IIAG	Índice Ibrahim de Governação Africana
INEM	Instituto Nacional de Estatística de Moçambique
IPM	Índice de Pobreza Multidimensional
MFF	Mutilação Genital Feminina
MISAU	Ministério da Saúde
OD	Objectivos de Desenvolvimento
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
ONU-MULHER	Organização das Nações Unidas para a Mulher
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RADH	Relatório Africano de Desenvolvimento Humano
UNAID	Fundo das Nações Unidas para o SIDA UNAIDS (siglas em inglês)
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

INTRODUÇÃO

Tal como dizia Amartya K. Sen (1): “Vivemos num mundo de opulência sem precedentes, difícil de imaginar há cem anos ou duzentos anos [...]. E ainda assim vivemos num mundo de notável privação, miséria e opressão [...]. Superar estes problemas constitui uma parte fundamental do exercício de desenvolvimento».



Fonte: Istock Photo

No passado dia 25 de Janeiro de 2021, a ONG OXFAM Internacional, coincidindo com o primeiro dia do Fórum Económico Mundial, conhecido pelo Fórum de Davos¹, publicava um relatório intitulado o VÍRUS DA DESIGUALDADE (2), no qual analisava, com informação actualizada e confirmada, a situação das desigualdades no contexto da Pandemia de COVID 19, alguma da qual será apresentada ao longo desta unidade.

Na apresentação do relatório dizia-se o seguinte: “[o] nosso sistema económico actual não funciona. No Gana, em Espanha, Índia, República Dominicana ou Brasil, encontram-se níveis absurdos de riqueza e casos de pobreza extrema. Desde 2015, a população mais rica (1% do total da população mundial), tem mais riqueza do que o resto da população do planeta. Em muitos países do mundo, pequenas elites apropriam-se de uma proporção crescente da renda nacional, enquanto centenas de milhões de pessoas ainda não têm acesso a água potável ou alimentos suficientes para as suas famílias”.

A desigualdade extrema prejudica-nos a todos nós, mas especialmente as pessoas mais pobres, e em particular as mulheres e meninas. Por mais que trabalhem, muitas comunidades vivem na miséria devido aos baixos salários e não têm acesso aos direitos básicos. Em muitos países, ter

¹ O Fórum de Davos, é uma fundação sem fins lucrativos com sede em Genebra que se reúne anualmente no Monte Davos (Suíça) e é mais conhecida pela sua Assembleia Anual em Davos, Suíça. Líderes empresariais, líderes políticos internacionais, bem como jornalistas e intelectuais seleccionados reúnem-se, desde 1971, para discutir as questões mais urgentes que o mundo enfrenta, incluindo a saúde e o meio-ambiente.

uma educação decente ou serviços de saúde de qualidade tornou-se um luxo que apenas as pessoas ricas podem pagar.

No relatório ressalta-se que em “apenas nove meses, as 1.000 maiores fortunas do mundo já recuperaram as perdas económicas causadas pela pandemia de COVID-19, enquanto as pessoas mais pobres podem precisar de mais de uma década para se recuperar dos impactos económicos da crise”.

O relatório revela que “a pandemia COVID-19 tem potencial para aumentar a desigualdade económica em praticamente todos os países do mundo ao mesmo tempo, situação sem precedentes desde que esse tipo de dado começou a ser registado há mais de um século. O aumento da desigualdade pode fazer com que a humanidade demore pelo menos 14 vezes mais para reduzir a pobreza ao nível pré-pandémico que o tempo que tem demorado as 1.000 pessoas mais ricas do mundo (principalmente homens brancos) para recuperar sua riqueza”.

Faze ao exposto, a presente Unidade Temática “As desigualdades sociais”, tenta dar resposta a alguns dos elementos conceptuais e as evidências que explicam estas desigualdades.

A mesma está organizada em três blocos de conteúdo: 1) igualdade/equidade e desigualdade/iniquidade social; 2) as desigualdades sociais e a suas causas; e 3) principais desigualdades a nível mundial e em Moçambique.

Com o desenvolvimento dos mesmos pretende-se apresentar, por um lado, os elementos-chave das desigualdades e iniquidades, conceitos que com frequência são indistintamente utilizados, embora sejam diferentes. A seguir, serão descritos e analisados os tipos de desigualdades sociais, com particular atenção nas desigualdades de género, a medida das mesmas e as estratégias internacionais em marcha para a sua redução, entre elas os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Finalmente, serão analisadas as desigualdades sociais na Região da África Subsaariana e, particularmente, em Moçambique, assim como os possíveis factores determinantes. A análise será realizada tendo em conta alguns dos Determinantes Sociais da saúde (DSS), nomeadamente: sexo-género, classe e território.

Desde já, é importante salientar que esta UT está directamente relacionada com a Unidade 3, Determinantes Sociais da Saúde (DSS), ressaltando que alguns dos conceitos introduzidos nesta unidade serão desenvolvidos e aprofundados na seguinte.

DESENVOLVIMENTO DOS CONTEÚDOS

A seguir são apresentados os conteúdos considerados chave de cada um dos subtemas.

1.- IGUALDADE E DESIGUALDADE SOCIAL

1.1. Significado de equidade/iniquidade e igualdade/desigualdade. Diferenças e semelhanças.

O conceito de equidade/ iniquidade tem sido considerado sinónimo do conceito de igualdade/desigualdade. Mas, de facto, é um erro usar os termos iniquidade e desigualdade como sinónimos, por vários motivos:

- Por um lado, referem-se a planos diferentes. Igualdade e desigualdade são conceitos estatísticos; equidade e iniquidade são conceitos éticos ou morais. Os primeiros servem para descrever uma realidade, os segundos para qualificá-la.



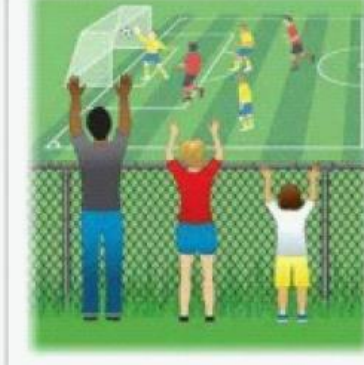
- Muita gente entende que qualquer redução na desigualdade, por exemplo de género, aumenta a equidade e vice-versa, mas não é sempre assim. Qualquer mudança na distribuição de renda que reduza a desigualdade a torna mais equitativa, sendo que qualquer mudança que aumente a desigualdade a torna mais injusta.

É essencial diferenciar estes dois conceitos. Enquanto a desigualdade implica a existência de diferenças entre indivíduos ou grupos populacionais, a iniquidade representa a qualificação dessa diferença como injusta. Nem todas as desigualdades são injustas, mas toda e qualquer iniquidade implica uma desigualdade injusta. A definição de justo e injusto é susceptível de deixar margem para diferentes interpretações. Uma das interpretações de "justo" mais aceite na área da saúde diz respeito à igualdade de oportunidades para indivíduos e grupos sociais no acesso e na utilização dos serviços de saúde, de acordo com as necessidades existentes nos diversos grupos populacionais, independentemente da sua capacidade.

Portanto, apesar da semelhança entre as duas palavras, o significado não é exactamente igual.

Segundo o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, o termo **igualdade** associa-se, entre outros com: Relação entre coisas ou pessoas iguais; Organização Social em que não há privilégios de classe.

Por sua vez, o termo **equidade** associa-se, entre outros, com: Igualdade, Reconhecimento dos direitos de cada um, justiça recta e natural.

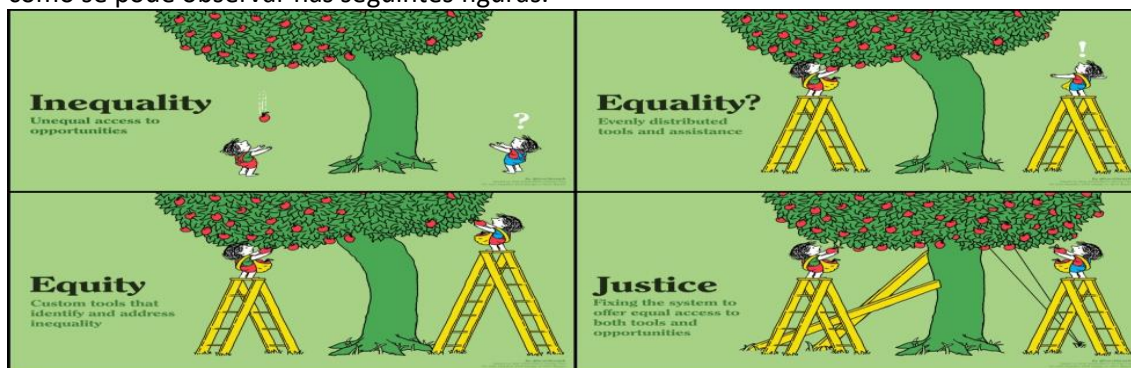
IGUALDADE	EQUIDADE	JUSTIÇA
		
<p>Todos são beneficiados com o mesmo apoio do banco para ver o jogo</p>	<p>Todos conseguem o apoio que precisam para atingir o objectivo de ver o jogo (discriminação positiva)</p>	<p>Os três podem ver o jogo sem apoios nem adaptações porque foi retirada a barreira (foram abordadas as causas das iniquidades)</p>

Por exemplo, em muitos países com nível de desenvolvimento humano alto existem programas de conciliação da vida laboral e familiar para os homens e, particularmente, para as mulheres, mas o trabalho doméstico continua a ser distribuído de maneira desigual. Em geral, as mulheres gastam em média 20 horas por semana na realização de tarefas de cuidado da casa, enquanto os homens dedicam 11. Neste sentido, seria justo (equitativo) um programa de conciliação de um hospital de uma grande cidade em que as mulheres tivessem uma redução de 5 horas de trabalho semanal para poder dedicá-las aos cuidados domésticos?

Outro exemplo, em muitos países com nível de desenvolvimento humano baixo, para ser-se atendido numa unidade de saúde deve-se pagar um valor, às vezes simbólico, igual para todos e todas as utentes. É justo que paguem o mesmo valor uma mulher camponesa viúva e uma professora de ensino secundário, casada e sem filhos?

Uma sociedade que aplica a igualdade de forma absoluta será uma sociedade injusta, pois não tem em conta as diferenças entre pessoas e grupos. E, ao mesmo tempo, uma sociedade onde as pessoas não se reconhecem como iguais também não pode ser justa. Nas palavras de Amelia Valcárcel “igualdade é ética e equidade é política”. (3)

A desigualdade e a iniquidade seriam, portanto, a falta ou ausência de igualdade e equidade, tal como se pode observar nas seguintes figuras.



Fonte: https://verne.elpais.com/verne/2020/06/10/articulo/1591799815_274864.html

2.- AS DESIGUALDADES SOCIAIS E AS SUAS CAUSAS: TIPOS DE DESIGUALDADES

2.1. Definição e níveis

Não é este o espaço para analisar em profundidade o processo histórico e actual sobre o estudo das desigualdades sociais. Apenas dizer que as Ciências Sociais estiveram desde as suas origens interessadas no seu estudo. O “Discurso sobre a Origem da Desigualdade”, escrito pelo filósofo francês Jean-Jacques Rousseau em 1754, é considerado para a maioria dos estudiosos do tema como o primeiro e mais relevante texto sobre a matéria, e coincidem em que esta obra continua a ser uma referência na época actual.

A compreensão e a definição da desigualdade e os elementos utilizados por diversos autores para a consideração da mesma são de índole muito diferente. Com o objectivo de apresentar uma definição sobre a desigualdade, optou-se se por utilizar a definição que utilizam alguns especialistas nas temáticas da cooperação para o desenvolvimento, entre eles Madrueño e outros (4). Para estes autores, a desigualdade é “a condição que mantém as diferenças nos níveis de bem-estar sócio-económico e oportunidades entre indivíduos e grupos sociais ao longo do tempo, o que impede avançar em direcção à justiça social plena. Essas desigualdades nascem no ambiente local e são reforçados “em magnitude e intensidade” além dos limites do Estado, um resultado dos laços de interdependência entre as diferentes regiões do mundo. Esta dimensão transnacional afecta as bases do desenvolvimento humano, e da sustentabilidade do Planeta”

Existem três níveis gerais de desigualdade: horizontal, vertical e estrutural.

- **Desigualdade vertical:** desigualdade focada na iniquidade entre indivíduos. Normalmente, refere-se às oportunidades que tem uma pessoa para melhorar o seu bem-estar. Neste nível, a aposta tradicional da análise recai nos ingressos económicos ou materiais da pessoa. No entanto, a partir dos anos 70, e particularmente nos anos 80, foram incorporadas novas dimensões e variáveis de igualdade de oportunidades e desenvolvimento.

- **Desigualdade horizontal:** está relacionada com a iniquidade entre grupos sociais e surge em resposta à ausência de uma distinção clara grupos na análise da desigualdade social, entre indivíduos. Este tipo de desigualdade se concentra em grupos sociais (nacional, racial, étnico, religioso, etário, etc.), salientando-se o papel fundamental da dimensão do bem-estar de indivíduos dentro desses grupos.
- **Desigualdade estrutural:** resulta da gestão e distribuição de poder (estatal ou internacional) e legados históricos (tradições e costumes enraizados). Estes destacam aspectos arraigados na criação de instituições, organizações, grupos sociais, etc., que alimentam a exclusão e marginalização de grupos e indivíduos, bem como dinâmicas de dualismo económico, que não favorecem o encerramento da lacuna de oportunidade e justiça social em todo do tempo.

A desigualdade pode apresentar-se em três níveis geográficos:

- **Desigualdade internacional entre os países** (*cross country inequality*), referida à desigualdade de renda média, o que ajuda a saber o quão adequados são as decisões e implementação de políticas dos países para acelerar suas dinâmicas de crescimento e gerar dinâmicas de convergência económica com os países mais avançados.
- **Desigualdade intra-estados** (*within-country inequality*): concentra-se na distribuição de renda dentro de um Estado. É importante porque para a população de um país é mais importante saber como estão a melhorar os níveis de vida da sua sociedade como consequência da redução da desigualdade dentro do país, estando menos interessada em estudar a dinâmica das desigualdades internacional entre países.
- **Desigualdade global** (*global inequality*): mostra as diferenças de renda entre toda a população mundial.

2.2. Tipos de Desigualdades

Algo desigual é algo diferente. Na esfera humana, falamos de desigualdade quando há desequilíbrio entre duas ou mais pessoas. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), "***A desigualdade não é única nem afecta um único aspecto da vida das pessoas, pode ter muitas facetas***".

Da mesma forma que existem diferentes definições ou interpretações relativas ao conceito de desigualdade, também distintos autores diferem quanto aos tipos de desigualdades. Mount (5), um dos autores mais reconhecidos no estudo das desigualdades sociais, considera que existem pelo menos cinco tipos diferentes de desigualdades com características diferenciadoras: Desigualdade e assimetria política e cívica perante a lei; Desigualdade de resultados; Desigualdade de oportunidades; Desigualdade de tratamento; Desigualdade de acesso.²

A) Desigualdade e assimetria política e cívica perante a lei: Refere-se ao grau de assimilação, adaptação e / ou implementação da conquista dos direitos sociais (económicos, políticos e

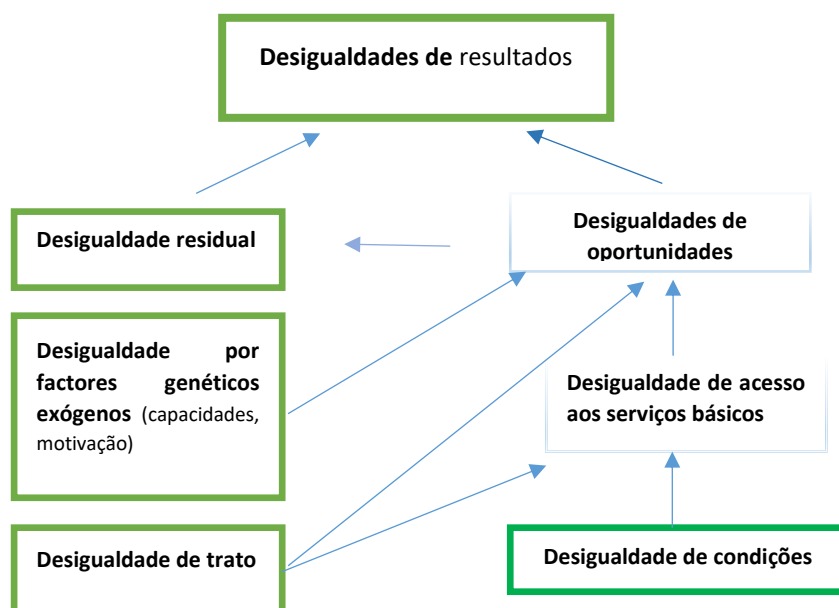
² A Informação apresentada nesta seção baseia-se no libro de Tezanos, S; Quiñones, A; Gutierrez, D; Madrueño, R. Desarrollo humano, pobreza y desigualdades. Manuales sobre cooperación y desarrollo. Cátedra de Cooperación Internacional y con Iberoamérica - Universidad de Cantabria. 2013. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/Espana/catedra-coiba/20161216043133/pdf_1139.pdf

culturais) conquistados nas lutas sociais históricas e que colocam ao ser humano no seu direito legítimo a uma vida digna no centro da concepção dos Estados. Estes direitos sociais endossam um ideal de igualdade das pessoas perante a lei e, por sua vez, reforçam a criação da cidadania na sua implementação. Isso envolve o papel que as políticas públicas têm - em magnitude e qualidade - para reduzir a desigualdade e promover o crescimento económico sustentável. Estes direitos podem ser aplicados de forma assimétrica (tanto ao interior do país, como entre países) por diversos motivos (falta de representação das minorias nos parlamentos, reconhecimento do direito de sindicalização, tolerância do Estado em relação às reivindicações sociais, etc.). Segundo o PNUD, este tipo de desigualdade é um elemento que dificulta ou impossibilita o alcance de uma maior igualdade, pode criar desigualdade extrema e dificultar significativamente a dinâmica do crescimento económico.

B) Desigualdade de resultados: A desigualdade de resultados é aquela que evidencia a assimetria na alocação final dos recursos de uma sociedade. Está associada principalmente a melhorias no âmbito da renda ou da riqueza, embora também estejam incluídos aspectos relacionados com saúde, educação e trabalho. Este tipo de desigualdade reforça a ideia da igualdade de remuneração das pessoas, a partir da noção de igualdade, e é consequência de dois elementos: i. Um factor externo ao indivíduo (que determina a desigualdade de oportunidades, que veremos a seguir). ii. Uma característica interna da pessoa, que está dentro do seu âmbito de decisão, em certa medida, e que tem a ver com aspectos como o seu local de residência e trabalho, o seu estado civil (solteiro, casado, viverem juntos, etc.) e o número de filhos. Essas decisões influenciam não apenas o caminho da sua vida, mas também o da geração directa que o segue.

A desigualdade de resultados considera outros aspectos como: **a desigualdade residual**, que inclui condições de desigualdade que são consequência de decisões e do esforço dos indivíduos em melhorar o seu bem-estar, mas também de factores aleatórios ou de sorte. Da mesma forma, o tratamento desigual e as condições desiguais (em relação a recursos ou localização) de que goza a pessoa e a sua família também interferem na desigualdade de resultados, tal como se mostra a seguinte figura.

Figura 1. Decomposição da desigualdade de resultados



Relativo às circunstâncias (exógenas) nas que existe consenso de que não devem afectar a desigualdade de resultado (género, razão, origem, idade, território, outros).

Fonte: Tezanos, S; Quiñones, A; Gutiérrez, D; Madrueño, R. Desarrollo humano, pobreza y desigualdades. Manuales sobre cooperación y desarrollo. Cátedra de Cooperación Internacional y con Iberoamérica - Universidad de Cantabria. 2013. Baseado em informação do Banco Mundial. 2008.

C) Desigualdade de oportunidades: focada nas possibilidades dos indivíduos em melhorar o seu nível de desenvolvimento humano. Esta desigualdade pode explicar parcialmente a desigualdade de resultados. Tal como indica Madrueño (4), parafraseando a A. Giddens “as disparidades em resultados (renda, educação, etc.) são mais facilmente aceites quando há oportunidades iguais”. A desigualdade de oportunidades está associada com circunstâncias que são herdadas pelo indivíduo ou com outras sobre as quais não é directamente responsável, tais como: o lugar de origem, género, etnia, ou ambiente familiar e sócio-económico. Porém, este tipo de iniquidade contém outro aspecto que estudiosos do tema distinguem, como o mérito e as habilidades do indivíduo: **a meritocracia**. Duas fontes adicionais de desigualdade de oportunidades são o acesso a serviços sociais básicos e o tratamento desigual. Neste contexto, é importante ter em conta que as políticas públicas são vitais para igualar as oportunidades e a promoção da mobilidade social.

D) Desigualdade de tratamento: Uma das componentes importantes que afectam a igualdade de oportunidades é o tratamento desigual das pessoas, que se traduz em discriminação. Esta pode afectar indivíduos com o mesmo grau de mérito que outras pessoas, mas que são discriminados pela sua condição de pertença a um grupo social, muitas vezes uma minoria, cujas circunstâncias de vida lhes foram impostas (por exemplo, pertencer a um determinado grupo étnico). Porém, apesar de terem sido realizados muitos estudos e ter sido construído muito conhecimento sobre o tema, esta é uma das desigualdades mais arraigadas em muitas sociedades, pois mesmo quando existem leis que proíbem a discriminação, na prática ela manifesta-se de outras formas. O exemplo tradicional é a discriminação que os grupos étnicos ou minoritários têm na defesa da sua língua materna.

E) Desigualdade de acesso: relacionada com a oportunidade que um indivíduo tem de obter serviços sociais básicos, entre eles: uma boa nutrição, educação e outros serviços básicos, serviços de saúde preventiva e curativas, etc. Numa segunda fase, será necessário o acesso ao ensino superior, trabalho digno, esquemas de protecção social e representação política. A igualdade de acesso está fortemente influenciada pelo tratamento desigual, além do fosso de renda e recursos em relação a outros indivíduos, famílias ou grupos - também chamada “diferença de condições”.

F) Desigualdade de renda: é o tipo de desigualdade mais estudada. Refere-se à forma como a renda total de um país (ou de um grupo de países) é distribuída entre os seus habitantes. Três dos argumentos mais citados para aprofundar no seu estudo são: a) a sua vinculação com a pobreza, se a distribuição de renda de um país é muito desigual “em qualquer nível de renda”, um maior número de pessoas será pobre; b) o seu impacto no crescimento económico do país, que dependerá, entre outros factores, do seu estágio de desenvolvimento. É importante salientar que a desigualdade secular entre países não depende apenas do estado de maturidade da sua sociedade, mas, principalmente, das condições que antecedem a industrialização ou a sua posição no mercado internacional; c) a influência no desenvolvimento humano, que decorre da igualdade de oportunidades, permitindo assim a criação e o reforço da cidadania e da coesão social.

G) Desigualdade de género: Uma das expressões mais evidentes das desigualdades é a desigualdade de género ou condição desfavorecida das mulheres em relação aos homens. As desigualdades de género integram diferentes tipos de desigualdade: de tratamento, de oportunidades, de resultados, de acesso, de assimetria política diante da lei e de renda. Ou seja, é uma desigualdade que cruza de forma transversal diferentes camadas sociais e facetas da vida em muitas sociedades, até mesmo sociedades de desenvolvimento médio e alto.

Por sua vez, algumas agências das Nações Unidas, entre elas o ACNUR, distinguem os seguintes grupos de desigualdades (6).

- **Desigualdade social.** Ocorre quando uma pessoa é tratada de forma diferenciada em função da sua posição social, situação económica, religião, género, a cultura de origem ou as suas preferências sexuais, entre outros aspectos.
- **Desigualdade económica.** Refere-se à desigual distribuição da riqueza entre as pessoas e os grupos sociais. As diferenças de renda entre os mais ricos e os mais pobres representam um problema de acesso a bens e serviços para pessoas com menos recursos económicos e sociais.
- **Desigualdade educativa.** Esta desigualdade está relacionada com as diferentes oportunidades no acesso à formação, pelo que está na base da desigualdade social, agravada em determinados contextos e grupos sociais, como os refugiados. Segundo dados do ACNUR, mais de 3,5 milhões de crianças refugiadas não foram à escola no ano 2016. Apenas 45% dos 6,4 milhões de pessoas em idade escolar sob mandato do ACNUR (crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos), estavam matriculados na escola.
- **Desigualdade de género.** Diferenças no acesso às mesmas oportunidades em função do seu sexo/género, que existem, em diferentes níveis e graus, a nível mundial. Por exemplo, existe uma diferença salarial entre homens e mulheres que, de acordo com o relatório do Eurostat para 2016, em Espanha é de 14,9% e na Europa de 16,7%.
- **Desigualdade jurídica.** Ocorre quando as leis ou o funcionamento dos tribunais de justiça favorecem alguns indivíduos em detrimento de outros. Por exemplo, pode ser que os requisitos legais para o acesso a cuidados de saúde ou educação não sejam os mesmos para os nacionais de um país que para os refugiados.

3.- CAUSAS OU FACTORES DETERMINANTES DAS DESIGUALDADES

As causas da desigualdade são muito diversas e normalmente são diferenciadas em três níveis: **micro** (local, individual ou comunidade), **macro** (estatal), **meso** (sector, indústria, região) e **meta** (internacional, cultural ou sistémico).

Estes níveis não operam separadamente, mas interagem entre si, aumentando a desigualdade.

Devido ao exposto anteriormente não existe acordo entre as diferentes escolas de pensamento das ciências sociais.

No entanto, para Madrueño (4) e outros, algumas das causas centrais das desigualdades baseadas nesta classificação são:

- **Nível meta (internacional, cultural ou sistémico):** neste nível incluem-se aspectos culturais das diferentes sociedades, a qualidade das instituições e o peso dos elementos geográficos do país. Destacam-se, entre elas: as relações herdadas do colonialismo, que persistem nas sociedades modernas através de novas relações de interdependência com países de maior desenvolvimento, entre os quais se destacam as regras impostas a esses países derivados do “desenho da arquitectura internacional”, bem como das práticas de actores relevantes em países de alta renda, e que influenciam essas normas. Um claro exemplo são as condutas de certas empresas multinacionais ou países em relação à não aceitação de normas internacionais, tal como a não assinatura do Protocolo de Kioto para a redução das emissões de gases de efeito estufa no combate

às mudanças climáticas ou a retirada do Acordo de Paris sobre Cambio Climático por parte dos Estados Unidos de América (E.U.A.), durante a presidência de Donald Trump³.

- **Nível macro (estado):** neste nível intervêm os factores iniciais de uma determinada sociedade ou país: a dinâmica do crescimento demográfico, a estrutura do mercado de trabalho (e sua taxa de desemprego), o grau de corrupção agregada, os níveis de educação, saúde e pobreza, o grau de força do pacto fiscal dentro de um estado (tanto do lado das receitas, impostos, como do lado das despesas, transferências), o tipo de regulação económica, e, em geral, a qualidade das suas instituições.
- **Nível meso (sector, indústria, região):** neste nível concentram-se em maior medida as diferenças que resultam da composição desigual (produção, infra-estrutura, tecnologia, na qualidade dos serviços básicos, etc.) dentro de um sector, a indústria ou região. Assim, as disparidades regionais, seja entre territórios no mesmo país ou entre as disparidades urbano-rurais, são fontes de desigualdade em muitos países em desenvolvimento. Um exemplo evidente das desigualdades a este nível nos países em desenvolvimento é o aumento da população que vive nas grandes cidades. Esta característica influencia fortemente o fosso entre ricos e pobres. Por exemplo, na América Latina cerca de 80% da população vive em cidades, o que a torna na região mais desigual e urbanizada do planeta e reforça as situações de exclusão social de grande parte da população.
- **Nível micro (local, individual ou comunitário):** neste nível são relevantes as circunstâncias familiares, pessoais ou comunitárias que determinam - em combinação com outros factores - que uma pessoa ao nascer esteja em uma posição vantajosa em relação a outra, factor que pode ser crucial para determinar seu padrão de vida no futuro. Pessoas que nasceram em famílias ou países com alto bem-estar sócio-económico, más que as suas vidas foram alteradas devido a determinadas circunstâncias pessoais, familiares ou comunitárias (morte do responsável da família, desemprego, consumo e álcool ou drogas, etc.). Neste grupo também estão aquelas circunstâncias de vida inesperadas que fazem com que uma pessoa (ou grupo de pessoas) mude inesperadamente sua qualidade e condição sócio-económica (migrações a causa de conflitos bélicos, catástrofes naturais ou gestão inadequada, etc. Finalmente, também intervêm circunstâncias sociais de discriminação individual ou dentro de uma comunidade, sendo a discriminação racial, as crenças religiosas e com as mulheres algumas das mais relevantes.

Como já foi apontado, a fronteira entre os factores que desencadeiam a desigualdade em cada nível descrito é muito ténue e até porosa. No entanto, existe um grau de hierarquia entre elas que é medido pelo impacto que cada uma tem na reprodução das desigualdades internacionais, regionais, nacionais, locais ou individuais.

A desigualdade social é um problema estrutural. Noutras palavras, está embutida nos sistemas políticos e económicos que determinam o curso de nossas sociedades, e talvez seja daí que venha a dificuldade de combatê-la definitivamente.

Segundo a Intermón-Oxfam (7), as causas da desigualdade variam de acordo com as características de cada lugar, região, país ou continente. No entanto, podem ser claramente identificadas sete causas estruturais:

- **Corrupção:** Os sistemas de governança, além de ineficazes em muitos casos, apresentam níveis extremamente elevados de corrupção e opacidade. O

³ No entanto, o Presidente Joe Biden anunciou no seu discurso de tomada de posse, a 20 de Janeiro de 2021, o retorno dos E.U.A. ao Acordo de Paris.

desconhecimento das despesas públicas ou dos mecanismos de contratação e gestão contribui para que o dinheiro público acabe nas mãos de poucos grupos. E esta, por sua vez, é uma causa directa da pobreza e da desigualdade social: o que originalmente pretendia melhorar a qualidade de vida das pessoas acabou nas mãos de terceiros. Quanto mais corrupção, mais desigualdade social.

- **Sistemas fiscais desiguais:** A desigualdade social é valorizada através das contribuições dos grupos que compõem uma comunidade. O lógico seria pensar que aqueles com maior capital são os que mais contribuem para o sistema tributário ou fiscal. Pois bem, nem sempre é assim, o que permite às classes mais favorecidas aumentar os seus benefícios e que os grupos sociais marginalizados tenham mais dificuldade em ascender na escala social.
- **Privatização de serviços públicos:** Em muitos países do mundo, a privatização dos serviços públicos como a água, a energia, a saúde ou a educação, entre outros, deixou de ser uma opção de gestão para se tornar um obstáculo no cumprimento dos direitos fundamentais da população. Nos casos mais extremos, a privatização é sinónimo de exclusão e marginalização de certos grupos.
- **Distribuição injusta de investimento e despesas públicas:** Quase todos os casos de desigualdade social decorrem de um investimento injusto de despesas públicas, ou seja, de fundos comuns de qualquer sociedade. Em muitas partes do mundo, os grupos sociais que mais têm monopolizam a maior parte dos recursos, como por exemplo a água, que, na realidade, pertencem a todos os cidadãos, aumentando assim a lacuna social entre grupos de população.
- **Acesso desigual ao conhecimento:** Conhecimento, informação e novas tecnologias são elementos vitais para o desenvolvimento de qualquer sociedade, mas quando estão nas mãos de alguns grupos, que os usam à vontade e de acordo com seus benefícios, a sua função inicial fica totalmente desvirtuada. Envolve também a disseminação de imagens e ideias que não correspondem à realidade, o que gera sociedades desinformadas, que muitas vezes tomam decisões contra os seus próprios interesses. Um exemplo evidente é a publicidade (verbal e imagens) da publicidade para o consumo de bebidas gasosas como a Coca-Cola.
- **Marginalização de espaços públicos de incidência:** Outra forma de desigualdade social, embora talvez mais subtil do que as anteriores, é apreciada quando as instituições, entidades e organismos públicos se revelam sob o controle de alguns grupos. Quando isso acontece, a intenção desses grupos é excluir o resto da população para que não possam aceder ao Estado como tal e, portanto, não participem activamente das decisões das políticas públicas. As sociedades que não confiam nas suas instituições são quase sempre as mais desiguais. A falta de interesse e o descontentamento com os assuntos públicos são outra fonte directa de desigualdade social.
- **Guerras e conflitos armados:**

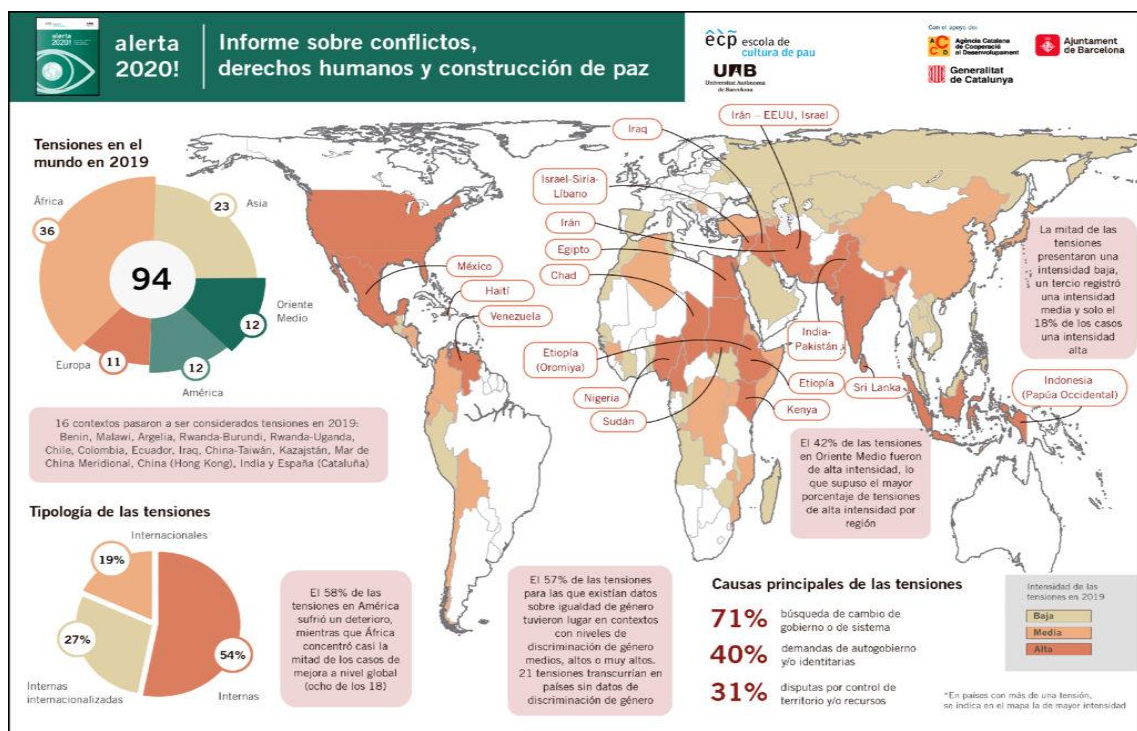
Em geral, a guerra não é apenas uma manifestação da falta de convivência, tolerância e respeito pelos diferentes grupos sociais que interagem num mesmo espaço, é também utilizada como método para reforçar o poder de determinados grupos sociais sobre outros, seja por motivos religiosos, culturais, ideológicos, étnicos, raciais ou de origem. Quem ganha as guerras, quase sempre é quem se apodera do direito de acesso a recursos e fontes de rendimento que, em princípio, têm uma natureza comum. Durante o ano 2019 registaram-se 34 conflitos armados, 32 dos quais continuavam activos no final do ano.



Fonte: OXFAM. Desigualdad social: ejemplos en la vida cotidiana. 2016. Disponível em: [https://blog.oxfamintermon.org/desigualdad-social-ejemplos-en-la-vida-cotidiana/\(.7\)](https://blog.oxfamintermon.org/desigualdad-social-ejemplos-en-la-vida-cotidiana/(.7))

Segundo o Informe Alerta 2020, da Escola de Cultura de Paz (8) no ano 2019 existiam no mundo 94 conflitos, tal como se pode apreciar no seguinte mapa.

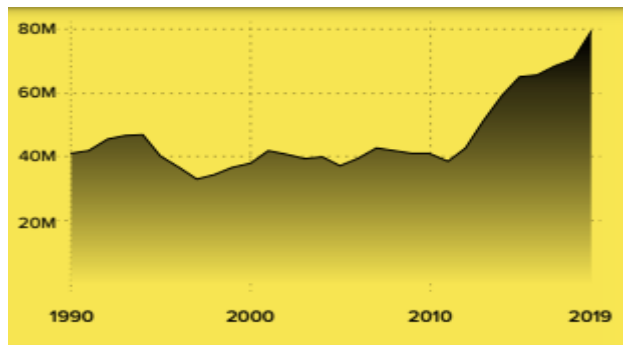
Mapa 1. Relatório sobre Conflitos, Direitos humanos e Construção da Paz. 2020.



Fonte: Escola de Cultura de Pau. ¡Alerta 2020! Informe sobre conflictos, derechos humanos y construcción de paz. Editorial Icaria Barcelona.2020. Disponível em: <https://escolapau.uab.cat/img/programas/alerta/alerta/20/alerta20e.pdf> (8)

Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), no final de 2019, como resultado de perseguição, conflito, violência, violações dos direitos humanos ou eventos que perturbaram gravemente a ordem pública, havia **79,5 milhões de pessoas deslocadas no mundo** (9). Número que havia aumentado de forma significativa na década de 2010 a 2019, como se pode observar no seguinte gráfico.

Gráfico 1. Evolução do número de pessoas deslocadas e refugiadas desde o ano 1990



Fonte: Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). *Tendências globais do deslocamento forçado de pessoas em 2019*. Disponível em espanhol: https://www.acnur.org/5eeaf5664#_ga=2.111664640.503831765.1612661593-573422691.1612661593 (9)

Deste número de deslocados:

- 20,4 milhões de refugiados encontravam-se sob o mandato do ACNUR;
- 5,6 milhões de refugiados palestinos sob o mandato da UNRWA,
- 45,7 milhões de deslocados internos nos países;
- 14,2 milhões de requerentes de asilo;

Estima-se que entre 30-34 milhões, dos 79,5 milhões de deslocados à força, eram meninos e meninas menores de 18 anos.

Os países em desenvolvimento receberam 85% dos refugiados do mundo. Os países menos desenvolvidos deram asilo a 27% do total de refugiados.

Mais de dois terços (68%) de todos os refugiados e venezuelanos deslocados para o exterior vieram de apenas cinco países. República Árabe Síria 6,6 milhões, Venezuela 3,7 milhões, Afeganistão 2,7 milhões, Sudão do Sul 2,2 milhões, Mianmar 1,1 milhão.

Em relação a Moçambique: Apesar de não haver um relatório do ACNUR, sobre as situação dos deslocados, no dia 31 de Março de 2021, o número de pessoas internas deslocadas em Moçambique (todas as províncias) era de 697,538. Isto sem contar com a última crise em Palma que aumentou cerca de 30.000 novos deslocados internos. Há previsão de que chegue a 1 milhão em Junho.⁴

Fonte: Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). *Tendências globais do deslocamento forçado de pessoas em 2019*. Disponível em espanhol: https://www.acnur.org/5eeaf5664#_ga=2.111664640.503831765.1612661593-573422691.1612661593 (9)

⁴ Para maior informação sobre a crise de deslocados em Moçambique, recomendam-se os seguintes sites: <https://www.acnur.org/portugues/2021/04/01/acnur-alarmado-com-ataques-brutais-de-grupo-armado-em-mocambique/>; <https://unric.org/pt/familias-em-mocambique-abrigam-deslocados-pela-violencia-em-cabo-delgado/>; <https://displacement.iom.int/reports/iom-dtm-baseline-assessment-report-round-11-march-2021>; <https://displacement.iom.int/reports/mozambique-emergency-tracking-tool-palma-crisis-report-64-27-march-27-april-2021>; <https://www.cabologado.com/portugues>

A desigualdade, seja ela qual for, e as suas causas, tem consequências graves, tanto na esfera pessoal como na esfera social. A pobreza é a principal consequência, junto com problemas como a desnutrição ou a fome.

4. -PRINCIPAIS DESIGUALDADES SOCIAIS.

4.1. Medidas da desigualdade. Pobreza e desigualdade

Tal como existem diversas formas de entender e classificar as desigualdades, também existem diferentes métodos de medir a desigualdade, entre eles: O Coeficiente de Gini, o Índice de Theil, a Linha da pobreza, os Níveis de pobreza, o Índice de Pobreza Multidimensional (MPI), o Índice de Atkinson, o Índice de Entropia Generalizada (GE), o Índice de progressividade de Kakwani, a Proporção da Renda Total recebida, Índice Robin Hood o Índice de Pietra e a Medida da Pobreza de Sen, o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado pela Desigualdade (IDH-D), elaborado pelo PNUD, ou o Índice de Oportunidade Humana (HOI), desenvolvido pelo Banco Mundial (BM)

Na seguinte tabela são apresentadas brevemente as características de alguns destes métodos.

Tabela 1. Diversas medidas da desigualdade

ÍNDICE	CARACTERÍSTICAS
A Linha de Pobreza	<p>A linha de pobreza é o método mais amplamente utilizado para medir a pobreza, sendo determinada com base na medição da renda e despesas familiares. Para definir as necessidades de uma família é especificada uma cesta básica de bens e serviços. O valor da cesta é definido com base no valor que os mesmos têm no mercado. Esse custo define a linha: se a renda estiver abaixo da linha, a família é pobre. Para determinar as linhas de pobreza, existem várias formas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A absoluta, define o limite regulatório a partir de uma qualidade de vida mínima, ou seja, que as pessoas possam satisfazer as necessidades básicas: nutrição, habitação, saúde, roupas, etc. - A relativa parte de assumir que existe uma relação entre pobreza e distribuição de renda, os pobres estão em um contexto específico de produção e distribuição. No entanto, isso implica que o número de pobres mantém-se por longos períodos de tempo. Para evitar isso, a delimitação da pobreza foi implementada de acordo com medidas de distribuição de renda, por exemplo, a média destas. <p>A linha de pobreza é obtida a partir de uma equação, resumida em: Linha de pobreza = 2 vezes o valor de uma cesta básica, na área urbana, e 1,75 vezes, na área rural.</p>
Níveis de Pobreza	<p>O gasto básico necessário, segundo o Banco Mundial (BM), pode ser calculado observando-se os preços dos alimentos que compõem a dieta dos pobres. No entanto, tendo em conta que estes dados variam muito por diferentes motivos, (área geográfica, serviços públicos aos quais se tem acesso, etc.), não era de muita utilidade.</p> <p>Desde 1990, o BM determinou, a partir das despesas básicas necessárias, a Paridade do Poder de Compra (PPC) em 370 dólares por ano per capita para os países em desenvolvimento mais pobres. Daí em diante, todos que ganhavam menos do que esses valores eram considerados pobres. Pelo mesmo parâmetro, todos aqueles que vivem com menos de US \$ 275 por ano são "extremamente pobres". O Banco Mundial procurou estabelecer uma linha internacional de pobreza que se aplique a qualquer país, independentemente do seu nível de desenvolvimento; no entanto, isso não funcionou.</p> <p>Outra forma de medir a pobreza está baseada no cálculo do PIB nacional, PIB <i>per capita</i>, expectativa de vida ao nascer, matrícula na escola primária e mortalidade infantil em crianças menores de 5 anos de idade. Assim, o Banco Mundial definiu que uma pessoa é pobre quando vive com menos de dois dólares por dia.</p>
O índice Atkinson	<p>Criado por Anthony Barnes Atkinson, um economista especializado em desigualdade, permite uma sensibilidade variável (ϵ) às desigualdades em diferentes partes da distribuição de renda, uma vez que normalmente as medidas de desigualdade implicam nalgum grau de julgamento social</p> <p>O parâmetro de sensibilidade varia de 0, o que indicaria indiferença do pesquisador quanto à natureza da distribuição de renda, até infinito, o que implicaria em destaque para as posições do grupo de menor renda. Na prática, são usados valores de ϵ de 0,5, 1, 1,5 ou 2; quanto mais alto o valor, mais sensível é o índice de Atkinson às desigualdades na parte inferior da distribuição de renda.</p> <p>Uma possível interpretação do índice seria que os valores de Atkinson podem ser usados para calcular a proporção da renda total que seria necessária para atingir um nível igual de bem-estar social como é hoje se a renda fosse perfeitamente distribuída.</p>
Coefficiente de Decil (Decile Ratios)	<p>Uma maneira simples e eficaz de medir a desigualdade de renda é calcular os coeficientes de Decil (décimos). Esse cálculo é obtido tomando-se, por exemplo, a renda auferida pelos 10% das famílias mais ricas e dividindo pela renda obtida pelos 10% mais pobres das famílias. Uma vantagem dessa forma de medição é que ela permite a sensibilidade da análise ao estabelecer um espectro com as secções de receita. É um método útil para estudos de desigualdades médicas.</p>
Índice de Entropia Generalizada	<p>É outra forma de medir as desigualdades de renda. Também incorpora o parâmetro de sensibilidade (α) que varia de acordo com a importância dada às desigualdades nas diferentes partes do espectro de renda. Embora teoricamente os valores de GE possam ir de 0 a infinito, sendo 0 o estado de distribuição igual ou perfeita e infinito a distribuição menos igual possível. Normalmente, existem quatro maneiras de medir a entropia generalizada: GE (-1), GE (0), GE (1) e GE (2). Quanto mais α for positivo, mais sujeito a desigualdades na parte superior da distribuição de renda.²⁶ Outro benefício do índice de Entropia Generalizada é que ele pode ser decomposto ou dividido a fim de obter uma análise delimitada e específica para a área que está a tentar medir. Devido a essa facilidade de delimitação, o índice EG é amplamente utilizado na área de saúde.</p>

O Índice de Progressividade Kakwani	É construído a partir do Coeficiente de Gini. Nesse caso, pode ser usado para medir as desigualdades no sector saúde. O Índice de progressividade de Kakwani é a diferença entre o coeficiente de Gini para a renda da pessoa em questão e o índice de concentração para os pagamentos de assistência à saúde privados que o possui. Se o gasto privado ou pessoal com saúde for uma forma progressiva de financiar os serviços de saúde, a curva de concentração ficará abaixo da curva de Lorenz e o índice de progressividade de Kakwani terá um valor positivo; isso indicaria a diferença entre o coeficiente de Gini e o índice de concentração. Em teoria, os valores do índice de Kakwani variam de -2 (indicando regressividade severa, ou seja, a renda da pessoa não suporta as despesas médicas a que está sujeita) a +1 (indicando forte progressividade, ou seja, que a renda da pessoa suporta suas despesas médicas e permite que ela gaste mais nessa área).
Proporção do Ingresso Total ganho	É uma das medidas mais intuitivas de desigualdade. Este tipo de medição é bastante semelhante à Curva de Lorenz, é extremamente simples de calcular e tem como característica peculiar ser um método bastante intuitivo, não sendo necessário nenhum conhecimento especializado para realizar um estudo desta natureza. No entanto, pela mesma razão, esta medida tem uma perspectiva limitada de distribuição de renda, a proporção da renda recebida pelos 50% mais pobres da população e não informa o quão equitativamente esta renda é compartilhada pelos 50% mais pobres. Além disso, não oferece informações sobre a distribuição de renda entre a outra metade da população. Apesar de tudo, este tipo de medição tem sido útil e eficaz nalguns estudos de desigualdade no campo da saúde pública, principalmente ao comparar a proporção resultante de diferentes países e as reflexões práticas em cada caso.
Índice Robin Hood,	Também conhecido como índice de Pietra, representa a distância vertical máxima da curva de Lorenz à linha de igualdade de 45 °. Os índices mais altos do índice indicariam uma sociedade mais desigual, na qual uma proporção maior da renda deveria ser distribuída para alcançar a igualdade. Recebe o nome de índice de Robin Hood porque costuma ser interpretado como a proporção da renda que deve ser transferida daquelas que estão acima da média para as que estão abaixo da média, buscando alcançar uma distribuição equitativa. O índice de Robin Hood tem sido usado de forma eficaz em diversos estudos de desigualdade de renda. No entanto, a principal limitação é que não há parâmetro de sensibilidade, que se ajusta ao contexto em que é aplicado.
A Medida de Pobreza de Sen	Foi uma proposta de Amartya Sen, que desenvolveu uma medida que incorpora o coeficiente de Gini para pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza. Embora seja um modelo ainda não utilizado em nenhum estudo de desigualdade de renda ou de acesso à assistência médica, é importante mencioná-lo pelas contribuições que esta proposta pode trazer.

Fonte: Elaboração própria com base em diferentes fontes documentais: Nações Unidas, Wikipédia, etc.

A seguir são apresentados, de forma resumida, as três medidas de desigualdade mais utilizadas a nível mundial: o Coeficiente de Gini, o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado pela Desigualdade (IDH-D) e o Índice de Oportunidade Humana (HOI).

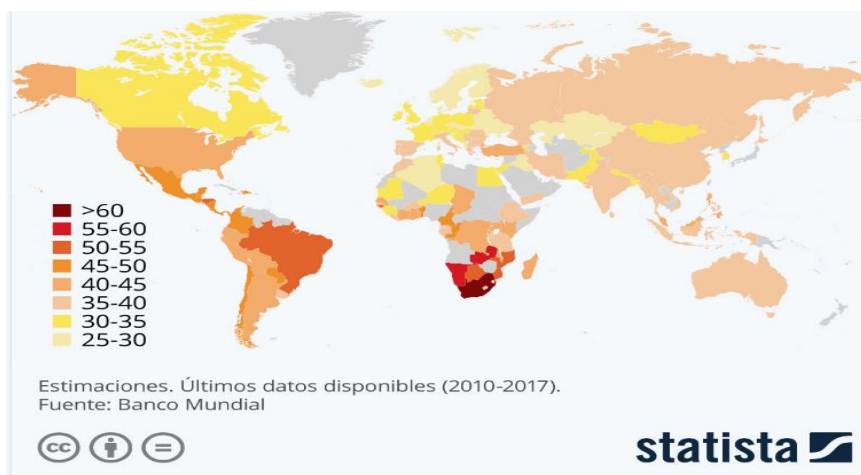
4.1.1. Coeficiente de Gini e Índice de Palma

A forma mais conhecida de medir a desigualdade social é o Índice ou Coeficiente de Gini, desenvolvido pelo estatístico italiano Corrado Gini. Normalmente é usado para medir a desigualdade de renda dentro de um país, mas pode ser usado para medir qualquer forma de distribuição desigual. O coeficiente de Gini é um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à igualdade perfeita (todos têm a mesma renda) e onde o valor 1 corresponde à desigualdade perfeita (uma pessoa tem toda a renda e as outras nenhuma). O Índice de Gini é o coeficiente de Gini expresso em referência a um máximo de 100, em vez de 1, e é igual ao coeficiente de Gini multiplicado por 100. Uma mudança de dois centésimos do coeficiente de Gini (ou duas unidades do índice) é igual a uma distribuição de 7% da riqueza do sector mais pobre da população (abaixo da mediana) para os mais ricos (acima da mediana).

O Coeficiente de Gini é baseado na curva de Lorenz, uma representação gráfica que neste contexto (desigualdade) compara a distribuição da riqueza real em um determinado domínio com o ideal de uma distribuição de riqueza equitativa, e seria o dobro da área entre a curva de Lorenz e a diagonal de distribuição uniforme (ideal).

Embora o Coeficiente de Gini seja usado principalmente para medir a desigualdade de renda, também pode ser usado para medir a desigualdade de riqueza. Esse uso requer que ninguém tenha riqueza líquida negativa.

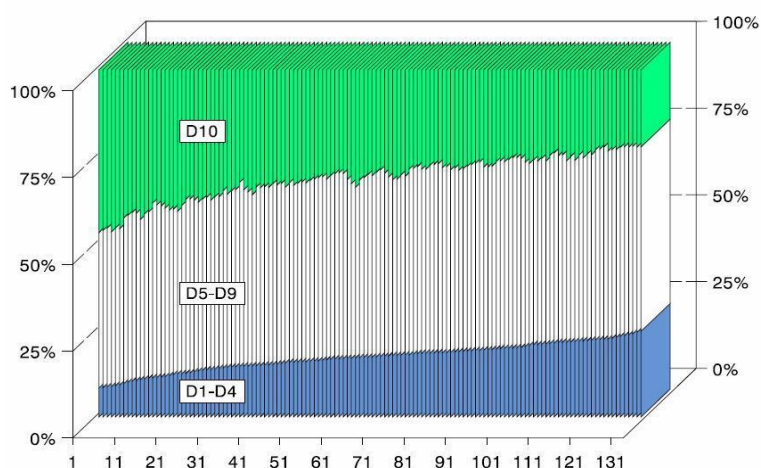
Mapa 2. Mapa da desigualdade: Coeficiente de Gini 2017



Fonte: Statista. Infografias. 2020. Disponível em: [https://es.statista.com/grafico/20545/las-sociedades-mas-desiguales-del-mundo/\(10\)](https://es.statista.com/grafico/20545/las-sociedades-mas-desiguales-del-mundo/(10))

Muito relacionado com o Coeficiente de Gini, está também o Índice de Palma, criado pelo economista chileno, José Gabriel Palma, em 2011. Palma propôs que, à semelhança de Gini, os países devam estar preocupados com a relação existente entre a distribuição da renda e outros elementos de desigualdade entre os primeiros 10% da população e os últimos 40%. O rácio de Palma era de 2,3 em 1996, aumentou para 2,7 em 2002 e caiu para 2,5 em 2008. Isto significa que em 2008, os primeiros decis consumiram 2,5 vezes o consumo per capita dos 4 últimos decis combinados. A metodologia usada por Palma divide a população total em dez “decis” (o

resultado da divisão de uma série de dados em dez partes iguais). O "meio" é definido pelos "decis" de 5 a 9 (D5 a D9), enquanto os "extremos" são compostos por dois grupos: o "decil" mais rico (D10) e os 40% mais pobres da população. População, que inclui os "decis" de 1 a 4 (D1 a D4). Que dizer, o coeficiente de Palma é calculado dividindo a parte do rendimento nacional bruto que vai para os 10% da população mais rica do país pela parte do rendimento nacional que corresponde a 40% da população mais pobre.



Fonte: El Estado como tal: A Desigualdade medida com outra vara. 2017. Disponível em: <https://elestadocomotal.com/2017/04/26/la-desigualdad-medida-con-otra-vara-el-indice-de-palma/indice-de-Palma>

4.1.2. Índice de Desenvolvimento Humano ajustado à desigualdade (IDH-D)⁵

O Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDH-D) surgiu como uma revisão às críticas⁶ ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁷, elaborado pelo PNUD na década de 80 do passado século, que não era sensível às questões de desigualdade. e às próprias causas dessas desigualdades, para as quais o sistema capitalista e a ideologia neo-liberal, de onde nasce e que preconiza como receita ideal, tanto contribui. Desde finais dos anos 90, o PNUD analisa esta dimensão com maior atenção nos Relatórios Anuais de Desenvolvimento Humano.

É um indicador do nível de desenvolvimento humano das pessoas de uma sociedade tendo em conta ou seu grau de desigualdade. Este indicador está baseado em três componentes: i. O

⁵ Para maior informação sobre este índice recomenda-se visitar os sites: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2020_overview_portuguese.pdf; <http://hdr.undp.org/en/indicators/138806>; e http://www.hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2020_technical_notes.pdf

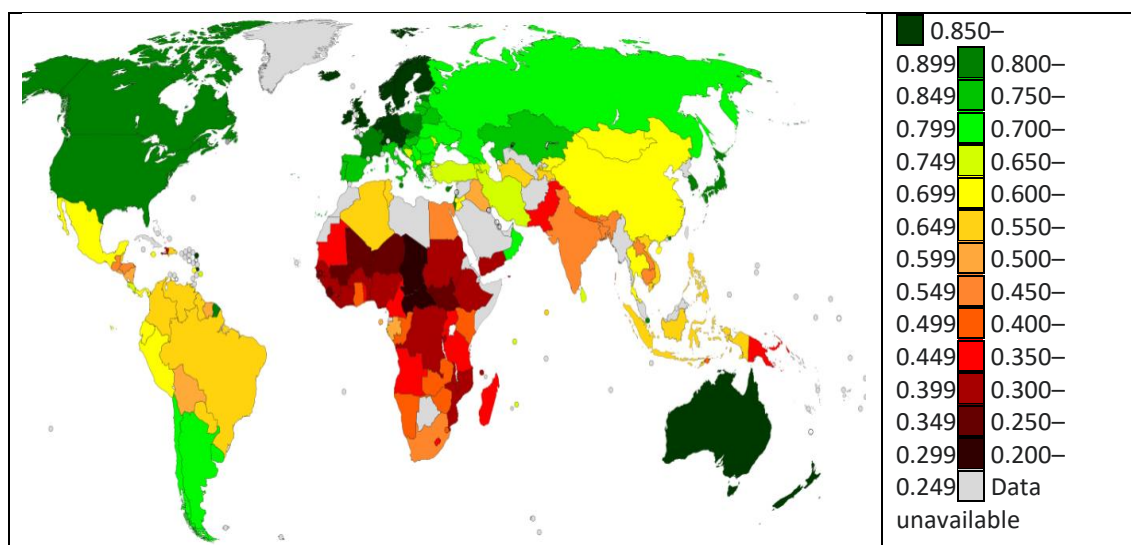
⁶ Para aprofundar nas críticas ao IDH recomenda-se a leitura do seguinte artigo de Juan Tellería. Disponível em: https://www.academia.edu/46783742/Looking_at_the_UNDP_with_different_eyes

⁷ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), desenvolvido em 1990 pelos economistas Amartya Sen e Mahbub ul Haq, que vem sendo usado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no seu relatório anual, é uma medida comparativa usada para classificar os países pelo seu grau de "desenvolvimento humano" e para ajudar a classificar os países como desenvolvidos (desenvolvimento humano muito alto), em desenvolvimento (desenvolvimento humano médio e alto) e subdesenvolvidos (desenvolvimento humano baixo). A estatística é composta a partir de dados de expectativa de vida ao nascer, educação e PIB (PPC) per capita (como um indicador do padrão de vida) recolhidos em nível nacional. Cada ano, os países membros da ONU são classificados de acordo com essas medidas. O IDH também é usado por organizações locais ou empresas para medir o desenvolvimento de entidades subnacionais como estados, cidades, aldeias, etc. O sistema é muito criticado, entre outros motivos, por não ser indicativo de real progresso humano; de acordo com o índice, por exemplo, um país como a Arábia Saudita tem uma das melhores classificações.

índice de esperança de vida ao nascer ajustado à desigualdade na distribuição da esperança de vida com base nas tabelas de mortalidade. ii. O índice de educação ajustado à desigualdade na distribuição dos anos de escolaridade, com base em dados de pesquisas domiciliárias. iii. O índice de renda ajustado à desigualdade, com base em dados de pesquisas domiciliárias.

O IDH-D é considerado um indicador de “potencial” de desenvolvimento humano, uma vez que tenta mostrar o nível máximo de desenvolvimento humano que poderia ser alcançado se não existissem desigualdades no país. A diferença entre o HDI e o HDI-D é igual à perda potencial de desenvolvimento humano que não foi alcançado em virtude da desigualdade.

Mapa 3. Mapa mundial de todos os países segundo o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade em 2020



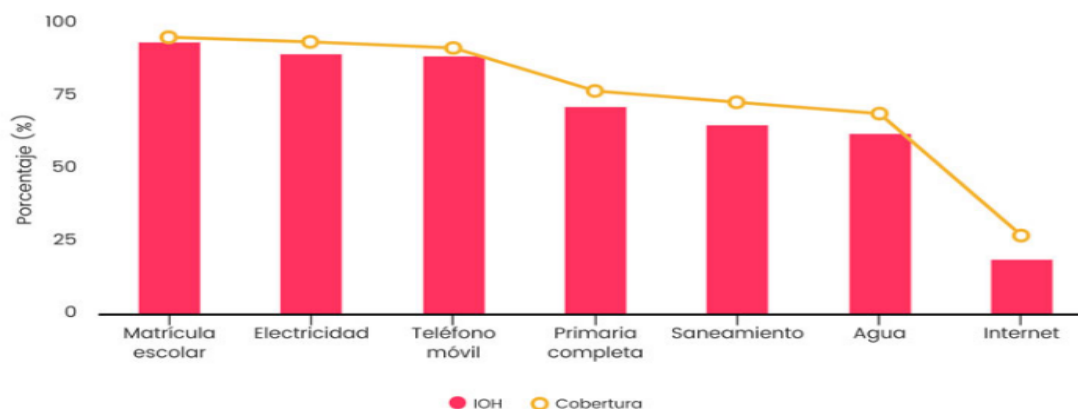
Fonte: Inequality-adjusted Human Development Index. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_pa%C3%ADses_por_IDH_ajustado_%C3%A0_desigualdade\(11\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_pa%C3%ADses_por_IDH_ajustado_%C3%A0_desigualdade(11))

4.1.3. Índice de Oportunidade Humana (HOI, em inglês)

O HOI é produzido pelo Banco Mundial e mede o acesso a serviços básicos e sua distribuição sob o princípio de igualdade. O índice assume valores entre 0 e 100. Se o país tem uma cobertura de serviços básicos muito baixa será próximo a 0, enquanto se tiver cobertura universal terá um valor de 100. O HOI permite conhecer os avanços na igualdade de oportunidades ao nível nacional e entre países, em determinado período de tempo.

O HOI tem três características: i) Efeito de escala: o valor do HOI é modificado por mudanças na taxa de cobertura de os serviços.; ii) Efeito de composição: o HOI muda quando mudam a circunstância de vida das pessoas.; iii) Efeito de distribuição: o HOI aumenta ou diminui porque os serviços são distribuídos em forma menos desigual.

Gráfico 2.- Acesso a oportunidades para crianças e jovens até 16 anos em América Latina e Caribe. Ano 2018

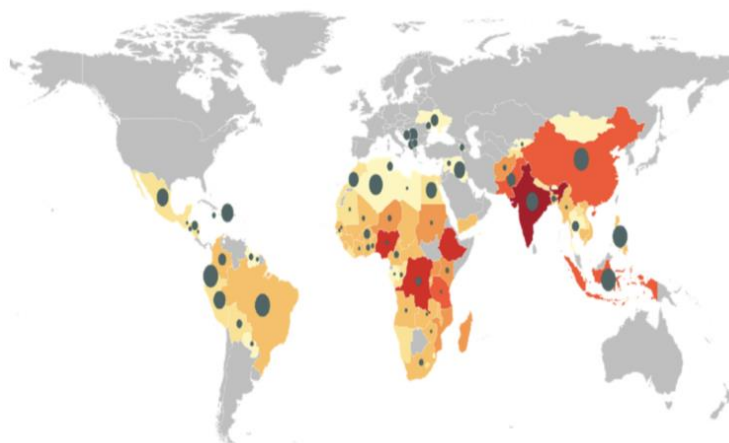


Fonte: Infografia: Índice de Oportunidades Humanas. Banco Mundial. Disponível em: <https://www.bancomundial.org/es/news/infographic/2016/10/24/infografia-indice-de-oportunidades-humanas> (12)

4.1.4. Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)

Directamente relacionada com a desigualdade está a pobreza, sendo esta uma das suas principais consequências. Neste sentido, a Oxford Poverty & Human Development Initiative (OPHI)⁸, desenvolveu o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), indicador que reflecte a quantidade e tipos de privações que sofrem as pessoas que moram em lares que são considerados pobres, em três aspectos básicos: educação, saúde e nível de vida.

Mapa 4. Pobreza multidimensional e risco de COVID-19



Fonte. Red de pobreza multidimensional. MPPN. Disponível em (espanhol): <https://mppn.org/es/pobreza-multidimensional-covid>(13)

⁸ Para maior informação sobre este índice pode visitar o site: <https://ophi.org.uk/multidimensional-poverty-index/> https://ophi.org.uk/wp-content/uploads/CB_MOZ_2020.pdf e também country briefing 2020 de Moçambique:

5. -OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO E AS DESIGUALDADES.

Os Objectivos de Desenvolvimento (OD) tiveram a sua origem ao final dos anos 90 do século passado, após uma década de publicações dos Relatórios do Desenvolvimento Humano do PNUD, que constataram a seguinte realidade:

- 1.200 milhões de pessoas sobreviviam com menos do que o equivalente a US\$1,00.
- Cento e treze milhões de crianças estavam fora da escola em todo o mundo.
- Dois terços das pessoas analfabetas do mundo eram mulheres.
- 80% das pessoas refugiadas eram mulheres e crianças.
- Onze milhões de crianças menores de 5 anos morriam, de causas diversas, quase todas evitáveis. Número que sendo escandaloso, vinha caindo desde 1980, quando as mortes somavam 15 milhões.
- Nos países pobres e em desenvolvimento, as carências no campo da saúde reprodutiva implicavam a morte de uma mulher por cada 48 partos.
- Em grandes regiões do mundo, epidemias mortais vinham destruindo gerações e ameaçando qualquer possibilidade de desenvolvimento humano.
- Mil milhões de pessoas ainda não tinham acesso a água potável. A água e o saneamento são dois factores ambientais chave para a qualidade da vida humana, e fazem parte de um amplo leque de recursos e serviços naturais que compõem o nosso meio-ambiente – clima, florestas, fontes energéticas, o ar e a biodiversidade – e de cuja protecção dependemos nós e muitas outras criaturas neste planeta.
- Muitos países pobres gastavam mais com os juros das suas dívidas que para resolver ou minimizar os problemas sociais.

5.1. Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)

Face a esta terrível situação, no ano 2000, 189 Estados-membros, entre eles Moçambique, adoptaram **os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)** e a Declaração do Milénio, comprometendo-se com uma agenda de desenvolvimento baseada em 8 grandes Objectivos, 20 metas e 56 indicadores a serem alcançadas até 2015.

Estes objectivos foram:

Objectivo 1. - Erradicar a pobreza extrema e a fome; Objectivo 2. - Atingir o ensino básico universal; Objectivo 3. - Promover a igualdade de género e empoderar as mulheres; Objectivo 4. - Reduzir a mortalidade infantil; Objectivo 5. - Melhorar a saúde materna; Objectivo 6. - Combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças; Objectivo 7. -Garantir a sustentabilidade ambiental; Objectivo 8. -Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento.	 1 ACABAR COM A FOME E A MISÉRIA	 2 EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE PARA TODOS	 3 IGUALDADE DE GÉNERO E VALORIZAÇÃO DA MULHER	 4 REDUZIR A MORTALIDADE INFANTIL
	 5 MELHORAR A SAÚDE MATERNA	 6 COMBATER A SIDA, A MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS	 7 QUALIDADE DE VIDA E RESPEITO PELO MEIO AMBIENTE	 8 O MUNDO TODO A TRABALHAR PELO DESENVOLVIMENTO

Fonte. Objectivos do Desenvolvimento do Milénio. ONU. 2015 Disponível em : https://www.paho.org/bireme/index.php?option=com_content&view=article&id=301:os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio-e-a-agenda-pos-2015&Itemid=183&lang=es (14)

Estes objectivos, metas e indicadores deveriam ser integrados nas diferentes estratégias de desenvolvimento de cada país.⁹

Em 2015, foi elaborado o “Relatório sobre os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio 2015” que reflecte o progresso global e por países alcançado. No mesmo concluiu-se que foram verificados significativos avanços no ODM 2 (alcançar o ensino primário universal) e no ODM 3 (promover a igualdade de género e o empoderamento das mulheres e raparigas). O Secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, reconhecia os notáveis progressos alcançados noutras dimensões, que “ajudaram a retirar da pobreza extrema mais de mil milhões de pessoas, a fazer progressos contra a fome, a permitir, o que não se verificava nas décadas anteriores, que milhões de raparigas mais frequentassem a escola.

No entanto, também foi notória a persistência de desigualdades e irregularidades dos avanços alcançados, a todos os níveis: nacional, regional e internacional, particularmente ressaltava que o “**progresso tem a tendência de não chegar às mulheres e àqueles que se encontram nos patamares económicos inferiores**”.

5.2. Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

No ano 2016, quando foram subscritos os ODS, constataram-se, entre outras, as seguintes situações:

- Mais de 64,4% dos produtos que os países em desenvolvimento exportaram para os mercados mundiais enfrentaram tarifa zero, um aumento de 20% em relação a 2010.
- As evidências de países em desenvolvimento mostram que as crianças que representam 20% da população mais pobre, tinham até três vezes mais probabilidade de morrer antes do seu quinto aniversário do que as crianças nos quintis mais ricos.
- A protecção social espalhou-se significativamente a nível mundial, no entanto, as pessoas com deficiência tinham até cinco vezes mais probabilidade de enfrentar despesas de saúde catastróficas para a sua economia e com graves consequências na sua qualidade de vida.
- Apesar do declínio geral da mortalidade materna, as mulheres rurais, na maioria dos países em desenvolvimento, tinham até três vezes mais probabilidade de morrer durante o parto do que as mulheres que viviam em centros urbanos.
- Até 30% da desigualdade de renda se devia à desigualdade dentro das próprias famílias, inclusive entre mulheres e homens. Além disso, as mulheres tinham mais probabilidade do que os homens de viver abaixo de 50% da renda média.

A experiência positiva nalguns importantes alcances conseguidos durante o período anterior, conduziu a uma reflexão acerca da necessidade de continuar com a mesma estratégia, evidentemente adaptada à realidade mundial daqueles anos, pelo que, em Setembro de 2015, foi definida a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, com o lema de “Transformar o Nosso Mundo”, e definidos os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** (15).

⁹ Para aprofundar no tema recomenda-se a leitura da brochura do Ministério de Economia e Finanças de Moçambique, de setembro de 2015. Disponível em: https://www.undp.org/content/dam/mozambique/docs/Poverty/Booklet_MDGs_Indicators_%20Portuguese_2015.pdf

Esta agenda envolve 17 Objectivos, 169 metas e 230 indicadores. Tendo como base o balanço dos ODM, a Agenda 2030 estabelece como premissa essencial, incontornável e inegociável de “não deixar ninguém para trás”.

Os 17 objectivos são:

Nº Objetivo/título	Formulação
01 - Erradicação da pobreza	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
02 - Fome zero e agricultura sustentável	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
03 - Saúde e bem-estar	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
04 - Educação de qualidade	Assegurar a educação inclusiva, e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
05 - Igualdade de género	Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e meninas.
06 - Água limpa e saneamento	Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.
07 - Energia limpa e acessível:	Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.
08 - Trabalho decente e crescimento económico	Promover o crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.
09: Inovação infra-estrutura	Construir infra-estrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.
10 - Redução das desigualdades	Reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles.
11 - Cidades e comunidades sustentáveis:	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
12 - Consumo e produção responsáveis:	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
13 - Ação contra a mudança global do clima:	Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.
14 - Vida na água:	Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares, e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
15 - Vida terrestre:	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da Terra e deter a perda da biodiversidade.
16 - Paz, justiça e instituições eficazes:	Promover sociedades pacíficas e inclusivas par ao desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
17 - Parcerias e meios de implementação:	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



Fonte: Nações Unidas. Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em Moçambique. Disponível em: [https://mozambique.un.org/pt/sdgs\(15\)](https://mozambique.un.org/pt/sdgs(15))

Os 17 ODS estão integrados, são indivisíveis e contemplam, de forma equilibrada, integrar as quatro dimensões do desenvolvimento sustentável: económica, social, cultural e ambiental, para a concretização e alcance dos Direitos Humanos de todos e, em particular, a igualdade de género e o empoderamento das meninas e mulheres.

Quanto ao ODS Nº 10 - Redução das desigualdades: reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles, este contempla as seguintes 10 metas.¹⁰

Até 2030, progressivamente alcançar, e manter de forma sustentável, o crescimento do rendimento dos 40% da população mais pobre a um ritmo maior do que o da média nacional.
Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, económica e política de todos, independentemente da idade, género, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição económica ou outra.
Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive através da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito
Adotar políticas, especialmente ao nível fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade.
Melhorar a regulamentação e monitorização dos mercados e instituições financeiras globais e fortalecer a implementação de tais regulamentações.
Assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições económicas e financeiras internacionais globais, a fim de produzir instituições mais eficazes, credíveis, responsáveis e legítimas.
Facilitar a migração e a mobilidade das pessoas de forma ordenada, segura, regular e responsável, inclusive através da implementação de políticas de migração planeadas e bem geridas.
Implementar o princípio do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, em particular para os países menos desenvolvidos, em conformidade com os acordos da Organização Mundial do Comércio.
Incentivar a assistência oficial ao desenvolvimento e fluxos financeiros, incluindo o investimento externo direto, para os Estados onde a necessidade é maior, em particular os países menos

¹⁰ Para conhecer os indicadores de cada uma destas metas recomenda-se visita o seguinte site: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods10.html>

desenvolvidos, os países africanos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus planos e programas nacionais.

Até 2030, reduzir para menos de 3% os custos de transação de remessas dos migrantes e eliminar os mecanismos de remessas com custos superiores a 5%.

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Metas ODS Nº 10. Redução das Desigualdades. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/ods/ods10.html\(16\)](https://www.ipea.gov.br/ods/ods10.html(16))

6. -PRINCIPAIS DESIGUALDADES SOCIAIS A NÍVEL MUNDIAL.

Diversas instituições Internacionais, nacionais e não governamentais elaboram relatórios anuais sobre diversas dimensões da desigualdade e /ou a pobreza associada a estas.

Com o fim de informar de algumas das dimensões concretas da desigualdade, a seguir são apresentados alguns dados de duas fontes de referência, uma da Agência das Nações Unidas para o desenvolvimento: O Relatório do PNUD de 2020, e a outra da Organização Não Governamental OXFAM Internacional: O Relatório o Vírus da Pandemia, referenciado ao início da UT.

6.1. Relatório de Progresso da agenda 2030 do PNUD.

O último Relatório de Progresso da Agenda 2030 do PUND do ano 2020, **MARCA DO PANDEMIA DE COVID-19**, (17), destaca entre as suas principais conclusões o seguinte:

- **Estima-se que aproximadamente 71 milhões de pessoas cairão de novo na pobreza extrema em 2020**, o primeiro aumento da pobreza global desde 1998. Perda de renda, protecção social limitada e aumento dos preços podem colocar em risco de pobreza e fome a pessoas que anteriormente viviam seguras de não ser pobres.
- **O subemprego e o desemprego decorrentes da crise significam que cerca de 1,6 mil milhões de trabalhadores já vulneráveis na economia subterrânea ou informal** (metade da força de trabalho global) podem ser significativamente afectados, com uma queda estimada em sua renda de 60% durante o primeiro mês da crise.
- **Os mais de mil milhões de moradores de bairros marginais (favelas e outras formas de residência) em todo o mundo correm sério risco dos efeitos da COVID-19**, como falta de moradia adequada e água encanada nas residências, banheiros compartilhados, escassez ou ausência de sistemas de gerenciamento de resíduos, superlotação do transporte público e acesso limitado às instalações sanitárias oficiais.
- **As mulheres e crianças estão entre os grupos mais afectados pelas consequências da pandemia**. A interrupção de certos serviços de saúde e vacinação, bem como o acesso limitado aos serviços de nutrição e alimentação, poderia causar centenas de milhares de mortes adicionais entre crianças menores de cinco anos de idade e dezenas de milhares de mortes maternas adicionais em 2020. Por outra parte, relatórios a nível nacional informam de que a violência contra as mulheres e crianças disparou em muitos países.
- **O encerramento de escolas afectou a 90% dos alunos em todo o mundo (1,57 mil milhões) e fez com que mais de 370 milhões de crianças não pudessem beneficiar da merenda escolar da qual dependem**. Dada a falta de acesso a computadores e à Internet em casa, a aprendizagem remota está fora do alcance de muitos. Cerca de 70 países relataram interrupções de moderadas a graves ou suspensão total dos serviços de vacinação infantil durante os meses de Março e Abril de 2020.

- À medida que mais famílias caem na pobreza extrema, as crianças de comunidades pobres e desfavorecidas correm um risco muito maior de se envolverem em trabalho infantil, casamento infantil e tráfico de crianças. Na verdade, o progresso feito globalmente na redução do trabalho infantil provavelmente será revertido pela primeira vez em 20 anos.

O relatório também salienta que as mudanças climáticas estão a ocorrer muito mais rápido do que o previsto. 2019 foi o segundo ano mais quente e marcou o final da década mais quente já registada (2010-2019). Ao mesmo tempo, a acidificação dos oceanos está em processo de aceleração, a degradação da terra continua, espécies massivas estão em risco de extinção e padrões insustentáveis de consumo e produção continuam a prevalecer.¹¹

6.2. Relatório O Vírus da Pandemia, da ONG OXFAM (2)

Tal como descrito ao início da UT, no mês de Janeiro de 2021, a ONG OXFAM apresentou o Relatório intitulado "O Vírus da Pandemia", que analisada de forma minuciosa a situação da desigualdade social a nível mundial, no contexto da Pandemia de COVID-19.¹²

1.- No topo da pirâmide económica, um grupo muito pequeno de pessoas, principalmente homens, acumula milhares de milhões de dólares. **De acordo com a Forbes, em 31 de dezembro de 2020, a riqueza das 10 pessoas mais ricas do mundo cresceu desde 18 de março de 2020, em 540 mil milhões de dólares US. Suas fortunas e seu poder crescem exponencialmente. Actualmente, os bilionários possuem mais riqueza do que 4,6 mil milhões de pessoas (60% da população mundial).**

<p>- Os 22 homens mais ricos do mundo têm mais riqueza do que todas as mulheres de África.</p> <p>- O grupo de 1% mais rico da população tem mais do dobro da riqueza do que 6.900 milhões de pessoas.</p> <p>-Os 10 homens mais ricos são: Jeff Bezos (fundador de Amazon); Elon Musk, (Cofundador de PayPal, SpaceX, etc.), Bernard Arnault (e família) (LVMH (Louis Vuitton Moët Hennessy), Bill Gates (criador e fundador, junto com Paul Allen, da empresa Microsoft); Mark Zuckerberg, (criador e fundador de Facebook); Larry Ellison (fundador de Oracle), Warren Buffett (director executivo de Berkshire Hathaway); Zhong Shanshan (presidente de Alibaba Group, similar a Amazon); Larry Page (criador junto con Serguéi Brin de Google); Mukesh Ambani (Presidente, director geral de Reliance Industries, a maior empresa índia do sector privado)</p>	<p>N O E N T A N T O</p>	<p>- Quase metade da Humanidade vive com menos de US \$ 5,50 por dia.</p> <p>- Aproximadamente 735 Milhões de pessoas continuam a viver em pobreza extrema. Uma conta médica ou uma má colheita seriam suficientes para outros milhões mergulharem na miséria.</p> <p>- Todos os anos, 100 milhões de pessoas em todo o mundo caem na pobreza porque são forçadas a pagar pelos cuidados de saúde.</p>
<p>Leo Messi, jogador do Futbol Club Barcelona, tem em vigor um contrato por quatro temporadas por valor de 555.237.619 milhões de euros brutos.</p>		

¹¹ Se as e os formandos estão interessados em aprofundar em temas concretos podem aceder ao relatório completo em várias línguas (inglês, francês, espanhol) no seguinte site: <https://unstats.un.org/sdgs/report/2020/>

¹² Se as e os formandos estão interessados em aprofundar nas desigualdades do Relatório podem aceder ao mesmo no seguinte site: <https://oxfamlibrary.openrepository.com/bitstream/handle/10546/621149/bp-the-inequality-virus-summ-250121-es.pdf>

2. Baixos impostos sobre a riqueza. Além de verem as suas fortunas continuarem a crescer, os mais ricos (assim como as empresas que possuem) também desfrutam dos menores níveis de impostos em décadas. Ao mesmo tempo, a carga fiscal recai desproporcionalmente sobre os trabalhadores. Quando os governos concedem incentivos fiscais para as grandes empresas e pessoas ricas, há menos dinheiro para serviços básicos como educação e saúde, aumentando ainda mais a quantidade de trabalho de cuidado que recai sobre mulheres e meninas.

- **Apenas 4 cêntimos de cada dólar levantado é obtido através de taxas de riqueza.**
- **Os super-ricos evitam pagar até 30% das suas obrigações fiscais**

3. Serviços públicos subfinanciados. Ao mesmo tempo, os serviços públicos são cronicamente subfinanciados ou terceirizados para empresas privadas que excluem os mais pobres. Em muitos países, a educação de qualidade ou serviços de saúde tornaram-se um luxo que apenas as pessoas ricas podem pagar. Isto tem um sério impacto no futuro de meninas e meninos e nas oportunidades que terão de uma vida mais longa e próspera.


- **Há 258 milhões de meninas e meninos fora da escola: um em cada cinco.**
- **De cada 100 crianças fora da escola, quase 70% são meninas.**
- **10.000 pessoas perdem suas vidas diariamente porque não podem assegurar os seus cuidados médicos.**
- **100 milhões de pessoas cada ano passam a integrar o grupo de pessoas que vivem na pobreza extrema por causa das despesas médicas que devem enfrentar.**

4. Uma expectativa de vida reduzida. Na maioria dos países, ter dinheiro é o melhor passaporte para uma boa saúde e uma expectativa de vida mais longa. Pelo contrário, a pobreza leva, geralmente, a mais doenças e mortes prematuras. A expectativa de vida nas comunidades pobres é 10-20 anos menor do que nas áreas prósperas. Nos países em desenvolvimento, uma menina ou menino de uma família pobre tem duas vezes mais probabilidade de morrer antes dos 5 anos do que uma menina ou menino de uma família rica.

5. A desigualdade é sexista. Com menos renda e activos do que os homens, as mulheres constituem a maioria das famílias mais pobres do mundo, percentagem que está a aumentar anualmente. Por outra parte, as mulheres são mais propensas a ocupar empregos precários e mal remunerados, contribuindo para a economia de mercado como mão de obra barata e até gratuita. Também apoiam os estados, dedicando milhares de milhões de horas ao trabalho assistencial, remunerado ou não, uma contribuição enorme e não reconhecida pelas nossas sociedades e que contribui para a prosperidade económica.

- **O trabalho de cuidado exercido por mulheres é igual a 10,8 mil milhões de dólares anuais na economia mundial.**
- **Globalmente, a diferença salarial entre homens e mulheres é de 24%. Os homens possuem 50% mais riqueza do que as mulheres.**

Segundo o Relatório o “Vírus da Desigualdade”, a pandemia de COVID-19 está a ter implicações no aumento das desigualdades, que são resumidas no seguinte quadro.¹³

<p>Em apenas NOVE MESES, as mil maiores fortunas do mundo recuperaram o seu nível de riqueza antes da pandemia, enquanto para as pessoas mais pobres essa recuperação pode levar MAIS DE UMA DÉCADA.</p>	
<p>O AUMENTO das fortunas dos dez bilionários mais ricos do mundo desde o início da crise SERIA SUFICIENTE para impedir que alguém caísse na pobreza devido à pandemia e para financiar uma vacina universal contra a COVID-19</p>	
<p>Nos Estados Unidos, se a taxa de mortalidade da população latina e negra fosse igual à da POPULAÇÃO BRANCA, APROXIMADAMENTE 22.000 NEGROS E LATINOS teriam permanecido vivos em Dezembro de 2020. No Brasil, até Junho de 2020, MAIS DE 9.200 AFRO-DESCENDENTES ESTARIAM VIVOS se a taxa de mortalidade destes grupos fosse igual à dos brancos.</p>	
<p>12 MILHÕES DE MULHERES não teriam mais alto risco de perder os seus rendimentos e empregos se a presença de homens e mulheres nos sectores económicos mais afectados pela pandemia fosse equitativa.</p>	
<p>Em Setembro de 2020, Jeff Bezos poderia ter pago a cada um dos seus 876.000 funcionários da Amazon um bónus de \$ 105.000 e ser ainda tão rico como antes da pandemia.</p>	
<p>No Reino Unido, uma enfermeira recém certificada ganha £ 22.000 anualmente e o gerente de activos mais bem pago ganha cerca de £ 31 milhões por ano 1.400 vezes mais do que a enfermeira.</p>	

Fonte: O Vírus da Desigualdade. OXFAM.2021. Disponível em: <https://oxfamilibrary.openrepository.com/bitstream/handle/10546/621149/bp-the-inequality-virus-summ-250121-es.pdf> (2)

¹³ Se os formandos estão interessados em aprofundar sobre as desigualdades, recomendam –se os seguintes sites: <https://worldpopulationreview.com/country-rankings/gini-coefficient-by-country>; <https://datos.bancomundial.org/indicador/SI.POV.GINI?view=map>; <https://databank.worldbank.org/reports.aspx?source=2&series=SI.POV.GINI&country=>

7.- UMA PARTICULAR EXPRESSÃO DAS DESIGUALDADES: AS DESIGUALDADES DE GÉNERO.

7.1. Dados e desafios da igualdade de género

Segundo o relatório “Progresso das Mulheres do Mundo 2019-2020: Famílias num Mundo em Mudança”¹⁴, da Agência das Nações Unidas para a Mulher (ONU MULHERES) (18), além das enormes mudanças ocorridas nas últimas décadas verifica-se um domínio masculino no plano económico e simbólico (nos valores, na tradição, nas actividades verdadeiramente valorizadas, que são as dos homens, nos comportamentos etc.). A igualdade entre homens e mulheres ainda está longe de ser alcançada. Os números falam por si mesmos:

- ✓ As mulheres ainda são muito mais propensas que os homens a serem pobres e analfabetas: 70% das pessoas que vivem com 1 dólar por dia são mulheres, assim como 2/3 dos analfabetos.
- ✓ As mulheres são discriminadas em todos os sectores da sociedade: emprego, educação, saúde, governação. Elas têm muito menos oportunidades do que os homens de terem uma vida política activa.
- ✓ As mulheres são muito mais propensas a serem vítimas de violência doméstica. Nalguns países quase 50% das mulheres são vítimas de violência.
- ✓ As mulheres produzem 50% dos alimentos e são responsáveis por 2/3 da força de trabalho mundial, mas recebem somente 10% dos rendimentos. Elas têm menos acesso à propriedade, ao crédito, à formação e ao emprego. No entanto, com o seu trabalho contribuem para o desenvolvimento dos países.

Diversos estudos demonstraram que a redução das desigualdades de género contribui para o desenvolvimento equitativo e sustentável dos países.

7.2. As principais desigualdades de género na Região da África Subsaariana

Segundo o Relatório anual de 2018 do Banco Mundial (19) estima-se que dos 28 países mais pobres do mundo, 26 fazem parte da Região da África Subsaariana, com taxas de pobreza à volta dos 40%, colocando ao 70% das mulheres e dos seus filhos como os mais pobres no mundo.

- No sul da África, o número de pessoas que vivem em pobreza extrema pode passar dos 88 milhões actuais para quase 130 milhões em 2040.
- Em todos os países da África Oriental os níveis de pobreza estão a aumentar e a desigualdade está-se a aprofundar, já que 20% da população controla cerca de 50% da renda, enquanto 20% da base ganha apenas 5%.
- Três em cada quatro pessoas na Região, cerca de 260 milhões pessoas, vivem em áreas rurais, e mais da metade delas vivem numa situação de pobreza extrema ¹⁵.
- Amartya Sen (1999), faz uma abordagem mais profunda, incorporando uma série de privações que condicionam o indivíduo e a maioria das populações a alcançar as condições básicas

¹⁴ Relatório completo disponível em: <https://www.unwomen.org/en/digital-library/progress-of-the-worlds-women?v=2019>

¹⁵ O Banco Mundial (BM) define a pobreza extrema como viver com menos de 1 dólar dos Estados Unidos por dia, e pobreza moderada viver com entre 1 e 2 dólares por dia.

para garantir a sua sobrevivência: **Privação de alimentos; Privação de uma nutrição adequada; Privação de cuidados de saúde; Privação de saneamento básico ou água potável; Privação de educação eficaz; Privação de um emprego rentável; Privação de segurança económica e social; Privação de liberdades políticas e direitos cívicos.**

- Cerca de 85 por cento destas pessoas extremamente pobres dependem da agricultura, especialmente da agricultura familiar, para a sua sobrevivência. A incidência da pobreza extrema é maior entre as mulheres rurais do que entre os homens.
- Os extremamente pobres tendem a estar concentrados em áreas geográficas marginais que são tipicamente pastoris e áridas, com baixa densidade populacional, dotações agroecológicas fracas, acesso limitado aos mercados e poucas fontes de emprego.
- Além disso, inúmeras restrições impedem a inclusão económica dos extremamente pobres: acesso insuficiente às infra-estruturas básicas (água, eletricidade, saneamento e estradas), e acesso inadequado aos serviços públicos (saúde, educação, conectividade e mercados).

Estes problemas são exacerbados nas áreas rurais, onde a pobreza e exclusão são generalizadas.

7.3. Principais causas e efeitos das desigualdades de género e exclusão social:

Segundo o relatório Africano de Desenvolvimento Humano (20) e o Relatório do Fundo Internacional para a Agricultura e o Desenvolvimento (FAD em inglês) (21), as principais causas e efeitos das desigualdades de género e exclusão social na Região são:

Na saúde.

- **A expectativa de vida ao nascer** (anos): varia de acordo com o país, mas é menor para mulheres e homens em comparação com outras regiões do mundo. **61,2 anos de média: 59,4 para as mulheres e 62,9 para os homens** (RdH 2019).
- **A Mortalidade Materna:** As complicações na gravidez e no parto são a principal causa de morte e deficiência entre mulheres em idade reprodutiva nestes países. A Região tem a segunda pior taxa de mortalidade materna do mundo, com **550 mortes por 100.000 nascidos vivos**. Uma parte importante desta mortalidade está associada aos partos nas adolescentes de entre 15 e 19 anos que é **de 104,7 por cada mil mulheres** desse grupo de idade. (RdH 2019).
- **A desnutrição continua crítica, especialmente entre as comunidades rurais pobres.** A pobreza extrema influencia a fome e o estado nutricional, afectando a capacidade de que indivíduos e famílias tenham acesso aos alimentos, através da compra ou produção dos mesmos. A desigualdade de género é uma importante causa subjacente da subnutrição das mulheres e é ainda agravada pela pobreza e a falta de acesso a recursos e poder de decisão. Em muitas configurações culturais da Região, meninos e homens tradicionalmente comem primeiro, e meninas e mulheres comem as sobras. Quando a comida é escassa, é bem possível que meninas e mulheres tenham muito pouco, ou absolutamente nada para comer.
- **Em 2017, havia cerca de 25,7 milhões de pessoas vivendo com HIV na Região**, representando 70% da carga global de HIV. A África Austral continua a ser a área mais afectada pela epidemia de HIV, sendo as mulheres afectadas de forma desproporcional pela mesma. As taxas de prevalência entre as mulheres jovens (15 a 24 anos) são quase duas vezes e meia maiores do que entre homens da mesma idade na Região (Fundo das Nações Unidas para o SIDA UNAIDS, 2012).
- **A violência de género (física e psicológica) continua a ser generalizada na Região**, com vínculos profundos com o ciclo agrícola e agravada por situações de fragilidade. Entre os tipos de violências destaca-se **a Mutilação Genital Feminina (MGF)**, presente em 30 países. No ano 2018

foi estimada em 91,5 milhões de mulheres e crianças maiores de 9 anos. Por outra parte, cada dia mais países da consideram os matrimónios forçados, em geral com mulheres menores de idade uma expressão de violência de género.

Na educação.

- **Taxas de alfabetização:** as taxas de alfabetização variam de país para país, mas são geralmente mais baixas para mulheres. Em toda a Região, a taxa de matrícula no ensino fundamental de meninas é menor do que a de meninos escolar, sendo ainda mais baixo para o ensino médio e superior. Os anos esperados de escolaridade na Região é de 10, inicialmente com poucas diferenças entre homens (10,4 anos) e mulheres (9,3 anos). No entanto, a média de anos de escolaridade é de 5,7 anos, sendo claramente inferior para as mulheres (4,8 anos), face aos homens (6,6 anos). A **acesso limitado à escolaridade aumenta o risco de violência (MGF e casamento infantil). Por outra parte, o trabalho de cuidado** não remunerado, particularmente nas zonas rurais, pode implicar que as meninas podem abandonem a escola por falta de tempo para compatibilizar ambas acções.

As mudanças climáticas e a sua influência nas mulheres.

- **As mudanças climáticas em diferentes zonas agroecológicas, significa que os agricultores têm que lidar com uma nova gama de incertezas** - na distribuição sazonal de chuvas, tempo de crescimento temporadas, disponibilidade de água, secas e inundações - além do seu dia-a-dia carga de trabalho. Dependência da agricultura de sequeiro como o seu principal meio de subsistência deixa população rural pobre altamente vulnerável a choques climáticos e eventos climáticos. Devido a este e outros motivos, poucos jovens, particularmente do sexo masculino, desejam permanecer nas áreas rurais e depender economicamente da agricultura. Há evidências de que esta situação afecta mais as mulheres, mais vulneráveis do que os homens ao impacto das mudanças climáticas devido à falta de acesso a bens, serviços e voz. Chuvas diminuídas e períodos de seca mais longos contribuem para aumentar ainda mais a carga de trabalho das mulheres, já que têm que caminhar distâncias mais longas para buscar água para beber, cozinhar ou lavar roupas, locas ou higiene pessoal, numa Região em que as **infra-estruturas de água** nas áreas rurais são inexistentes ou muito insuficientes.

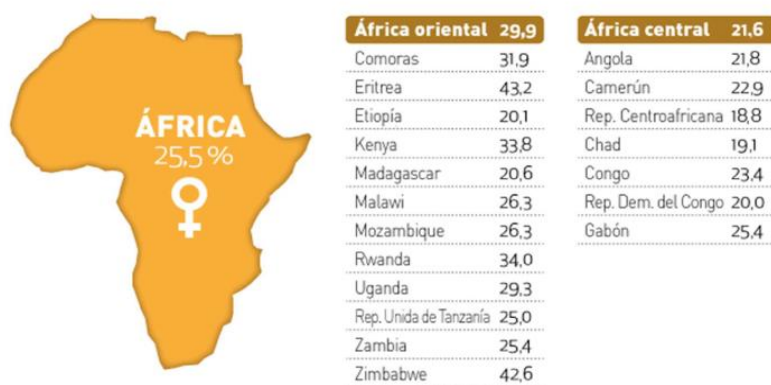
Na capacidade das mulheres na tomada de decisões.

- **Índice de instituições sociais e género:** este índice, que mede o poder de decisão das mulheres dentro da família, a preferência do filho e a desvalorização das filhas, restrições sobre o direito a recursos e liberdades civis (acesso das mulheres ao público e espaço político), mostra que a discriminação de género é galopante em toda a Região.
- **Capacidade de liderança e tomada de decisão.** Apesar dos avanços significativos constatados em toda a Região, entre eles que a maioria dos países têm constituições que garantem a igualdade de género e leis eleitorais que preveem medidas de ação afirmativa, a tomada de decisão permanece no domínio dos homens. Na maioria dos países, as mulheres continuam sub-representadas a todos os níveis. A percentagem de mulheres com assentos nos parlamentos dos países é de 23,5 %. No ano 2020, apenas Etiópia conta com uma mulher como chefe de Estado e do Governo. **A representação das mulheres também é insignificante nas estruturas de poder locais, órgãos da aldeia e autoridades tradicionais, onde as decisões relativas à alocação de terras, gestão de recursos e governação, têm implicações importantes para a vida das mulheres rurais.**

Nos lares chefiados por mulheres.

- **Aumento significativo de lares encabeçados por mulheres em toda a Região**, devido fundamentalmente ao aumento crescente de homens das áreas rurais que migram para empregos urbanos, seja temporária ou permanentemente.

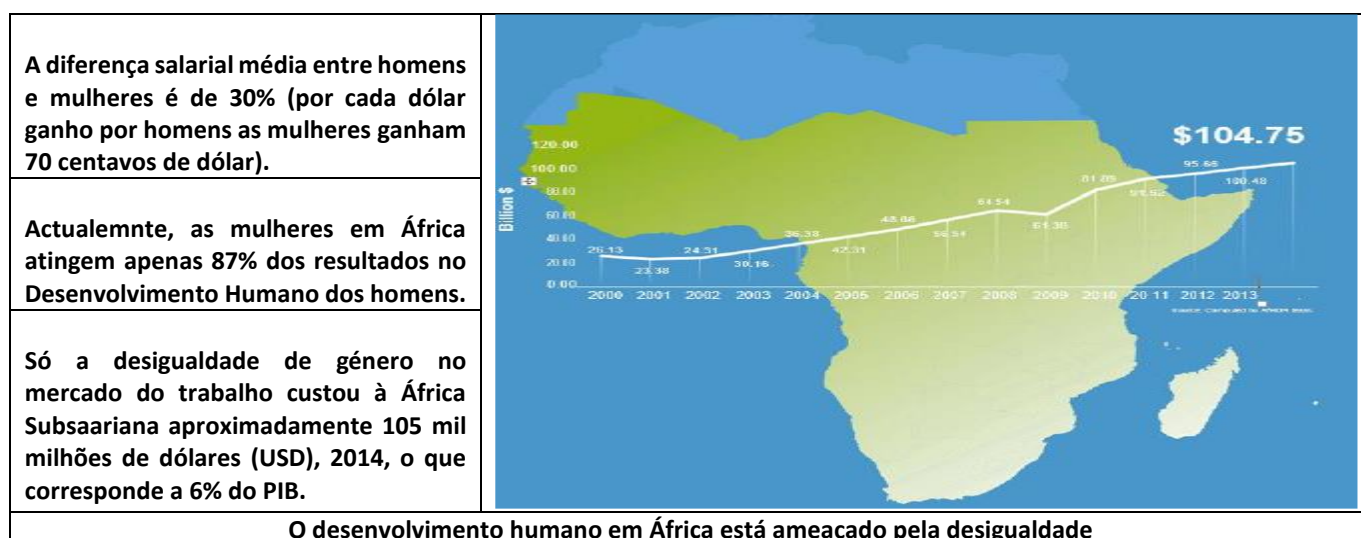
Figura 2. Proporção de lares rurais encabeçados por mulheres (%)



Fonte: Relatório do Fundo Internacional para a Agricultura e o Desenvolvimento o (FAD em inglês). Disponível em: https://www.ifad.org/documents/38714170/41801153/genderbrief_esa.pdf/19b405a0-2a72-de2d-acca-04a42ea44274 (22)

As famílias chefiadas por mulheres enfrentam restrições de trabalho mais severas do que as chefiadas por homens. Em quase todas as zonas rurais são mais pronunciadas as disparidades de género na distribuição de trabalho doméstico não remunerado e de cuidado. Está situação fica agravada quando há muita migração masculina às zonas urbanas dos países, contexto no qual as mulheres ficam na comunidade para assumir grande parte do trabalho agrícola como trabalhadoras familiares não remunerados.

O Relatório Africano de Desenvolvimento Humano (RADH) : “Acelerar a igualdade de género e o empoderamento das mulheres de 2014” (23), indica, entre outros, os seguintes elementos:



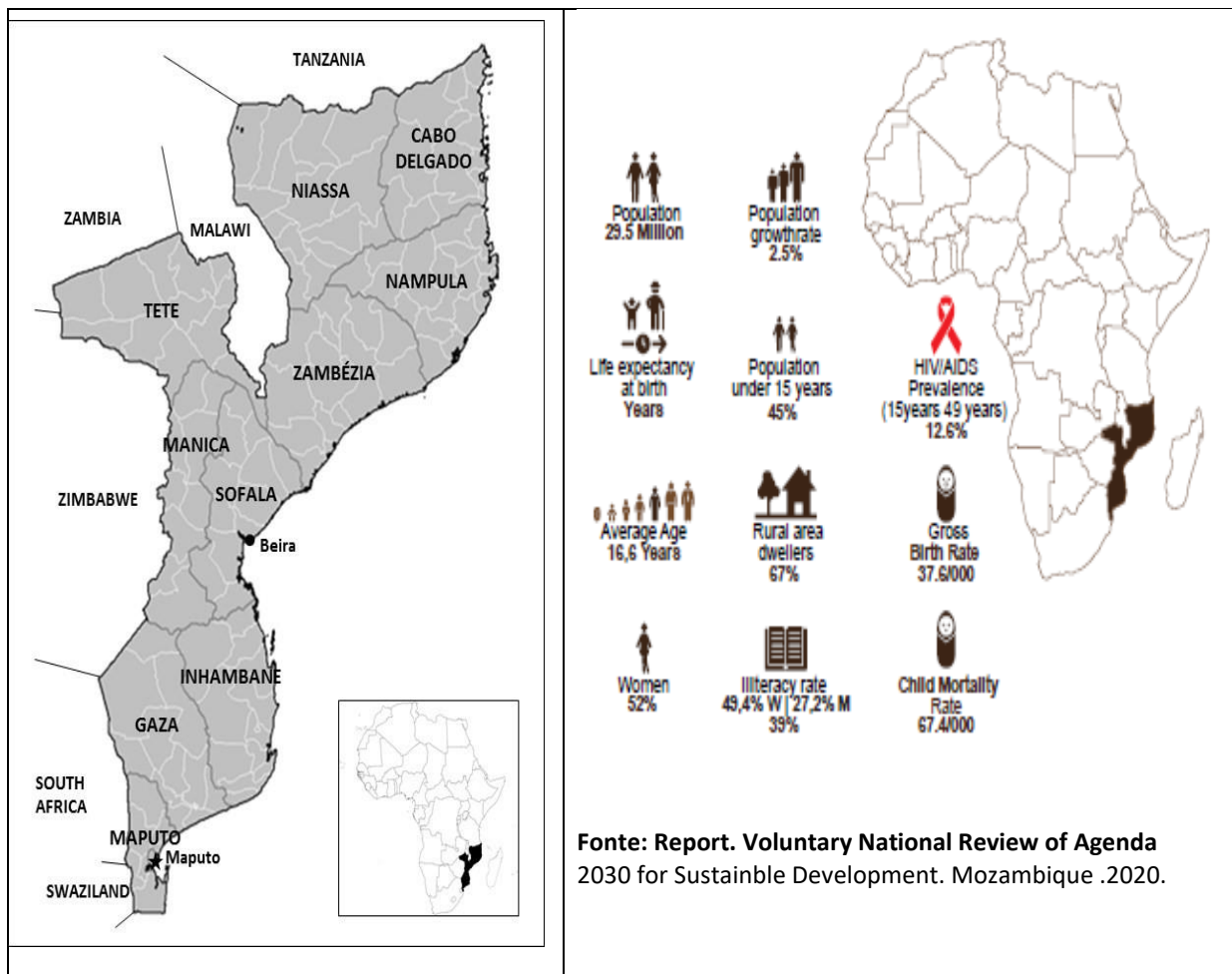
Fonte: Relatório Africano de Desenvolvimento Humano: Acelerar a igualdade e género e o empoderamento das mulheres de 2014. Disponível em: www.undp.org/docs/Reports (22)

Por todos os motivos anteriores e outros, o **Índice de Desenvolvimento Humano da Região é o pior situado a nível mundial**. Apenas nove países são classificados como países de desenvolvimento humano médio segundo o IDH do PNUD (23). Os demais países são classificados como países com IDH baixo (média de **0,541**). **Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano por Género, é em média de 0,79** (0,507 para as mulheres e 0,569 para os homens). **O Índice de Desigualdade de Género é de 0,573**.

A maior parte da desigualdade decorre de preconceitos de género sistémicos na forma de costumes, crenças e atitudes que confinam as mulheres principalmente à esfera doméstica. Lacunas de género na distribuição de recursos económicos, combinados com cargas de trabalho pesadas, continuam a dificultar a igualdade de género para as mulheres.

Este cenário apresenta desafios significativos para o cumprimento por parte dos países Africanos da Agenda 2030, principalmente o compromisso de não deixar ninguém para trás.

8. - AS DESIGUALDADES SOCIAIS EM MOÇAMBIQUE¹⁶



Segundo os resultados do recenseamento moçambicano de 2017 revelam uma população total de 27 milhões de pessoas (36,1 / km²); 57% da população era menor de 19 anos e apenas 4, 7% é maior de 60 anos de idade (Instituto Nacional de Estatística de Moçambique -INEM-, 2017).

Do ponto de vista sócio-económico, Moçambique tem características semelhantes a outros países da África Subsaariana. Apesar do recente melhoramento, o país continua sendo um dos países mais pobres e subdesenvolvidos do mundo (o PIB per capita está entre os 10 mais baixos). Ocupa a 181ª posição entre 189 países no Índice de Desenvolvimento Humano de 2020 (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2020) (24)

Cerca de 70% da população vive em áreas rurais com uma grande maioria envolvida na agricultura (actividade principal para 76,3% das mulheres e 55,9% dos homens) ou dedicando-se ao comércio informal (10,5% das mulheres e 8,7% dos homens) (INEM, 2017).

Segundo fontes do INE 2021 (24), as projecções para 2021 estimam uma população total de 30,832,244 habitantes. Ha que referir que desde 2015 esse crescimento foi bastante mais reduzido, com uma forte subida de preços, a crise das dívidas ocultas e a falta de transparência na governação, com a consequente perda de confiança dos investidores e doadores, a redução dos preços das matérias-primas o que faz

¹⁶ A Informação apresentada nesta secção foi elaborada com base nos seguintes documentos: 1.- Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD 2020; 2- : Mundos Distantes. Saúde Reprodutiva e Direitos numa Era de Desigualdade Suplemento Nacional do Estado da População Mundial, 2017. FNUAP; 3- 4ª Avaliação da Pobreza em Moçambique. Banco Mundial. 2016. Referências: 23, 24 e 25.

reduzir as expectativas de crescimento derivado da produção extractiva, etc. Penso que isto vocês explicam mais à frente, mas pode-se fazer alguma nota de rodapé aqui.

Desde o fim da guerra civil, no início da década de 1990, e a transição para uma economia mais baseada no mercado após as eleições de 1994, o crescimento económico real em Moçambique tem sido extraordinariamente elevado (superior a 5% e em vários anos mais de 10%). Esta situação gerou um crescimento muito forte no PIB per capita, apesar do grande aumento da população.¹⁷

Houve uma redução considerável da mortalidade, com uma esperança de vida média à nascença em aumento, que passou de 46,0 anos em 1995 para 55,5 em 2015. Também foram observadas melhorias noutros indicadores sócio-económicos e de saúde, e houve alguns sucessos notáveis na promoção da igualdade de género. A título de exemplo, a proporção de mulheres no Parlamento, situada em 39,6%, é maior que na maioria dos países de alto desenvolvimento humano.

No entanto, este período bem-sucedido de crescimento económico não aconteceu como previsto, já que não foi acompanhado por melhorias proporcionais nalguns dos principais índices económicos e socio-económicos agregados. Em particular, apesar do forte crescimento da renda per capita, ainda existem níveis elevados de pobreza.

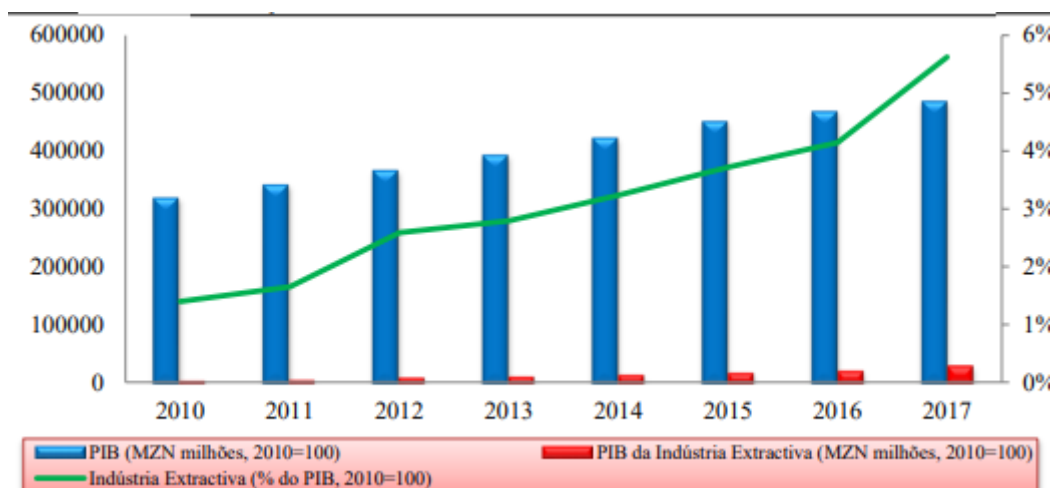
Em Moçambique foram realizadas quatro avaliações nacionais da pobreza desde as eleições de 1994: em 1996/7, 2002/3, 2008/9 e 2014/15. O inquérito de 2014/15 (Quarta Avaliação Nacional da Pobreza, MEF, 2016) fornece os dados mais actualizados e também recalcula as estimativas anteriores da incidência da pobreza. O nível de pobreza em 1996/97 foi de 69,7%, 52,8% em 2002/3 e 51,7% em 2008/9. Isto indica que após uma queda significativa entre 1996 e 2002, o nível de pobreza apenas mudou entre 2002/3 e 2008/9, facto que sugere que as estratégias de redução da pobreza foram ineficazes ao longo do período.

O inquérito de 2015/16 mostra que até 2014 a pobreza nacional ainda se situava em 46,1%, que acontece paralelamente a um aumento de mais de 200% no rendimento per capita durante o período 1996-2014. Isto sustenta a afirmação de que os frutos do crescimento económico não se “traduzem” em benefícios para muitas pessoas e que a desigualdade tem estado a aumentar.

Lamentavelmente o crescimento económico produzido na última década, tal e como indicam vários autores, entre eles Maquenzi (25), no estudo intitulado “Pobreza e desigualdades em zonas de penetração de grandes projectos: Estudo de caso em Namanhumbir – Cabo Delgado”, associado à indústria extractiva e mega-projectos, que tem contribuído para o aumento do Produto Interno Bruto não obteve relevantes benefícios em termos de bem-estar social, particularmente ao nível de acesso a água, saneamento, saúde, educação (melhorando infra-estruturas, mas mantendo-se o rácio aluno professor), condições habitacionais e posse de bens, pelo contrário, aumentaram a pobreza e a desigualdade.

¹⁷ Referir que desde 2015 esse crescimento foi bastante mais reduzido, com uma forte subida de preços, a crise das dívidas ocultas e a falta de transparência na governação, com a consequente perda de confiança dos investidores e doadores, a redução dos preços das matérias primas o que faz reduzir as expectativas de crescimento derivado da produção extractiva, etc. Referir também que em 2020 a economia se contraiu pela primeira vez em quase 30 anos (-0,8%) devido à pandemia, embora haja expectativas por parte do Banco Mundial de que volte a crescer a uma taxa de 4% em 2022. Informação disponível em: <http://documents1.worldbank.org/curated/en/440841614625681924/pdf/Mozambique-Economic-Update-Setting-the-Stage-for-Recovery.pdf> (página 4)

Gráfico 3.- Evolução do PIB e do PIB da indústria extractiva, ano base 2010=100.



Fonte: Jerry Maquenzi. Pobreza e desigualdades em zonas de penetração de grandes projectos: Estudo de caso em Namanhumbir – Cabo Delgado. Observatório do Médio Rural (OMR). Nº 77. AGOSTO 2019. Disponível em: <https://omrmz.org/omrweb/wp-content/uploads/OR-77-Pobreza-e-desigualdades-em-Namanhumbir.pdf> (25)

O estudo assinala que “desde a década de 2000, o distrito de Montepuez conheceu um processo de exploração intensiva de recursos naturais (madeira e marfim) por operadores nacionais e estrangeiros (maioritariamente de origem asiática), que introduziram uma exploração em bruto destes recursos. A partir de 2008, com a descoberta de pedras preciosas e semi-preciosas, grande parte da população precipitou-se para actividades de mineração artesanal, num cenário marcado por extrema violência e insegurança, sem que a actividade tenha tido um impacto significativo sobre o tecido económico local”.

Dez anos após a descoberta de pedras preciosas em Namanhumbir não se assiste a uma maior variedade de actividades económicas, continuando as populações a recorrer maioritariamente a uma agricultura de subsistência, carácter itinerante, assente na utilização de baixa tecnologia e com baixa produtividade, reproduzindo-se desta forma situações de pobreza.

As receitas da exploração de rubis, que atingiram centenas de milhões dólares, ao longo dos últimos 5 anos, beneficiaram sobretudo o grande capital estrangeiro, assim como um grupo restrito de nacionais com ligações privilegiadas com o poder central e que opera em moldes rendeiros. Por sua vez, uma parte da população perdeu as suas terras de produção e sentiu-se obrigada a produzir em zonas mais distantes. A incerteza sobre as condições de vida continua a afectar muitas famílias, atormentadas com sucessivas agressões das forças de defesa e segurança.

Tabela 2.- Número de escolas, de professores, de alunos e rácio aluno/professor no distrito de Montepuez em 2008 e em 2018

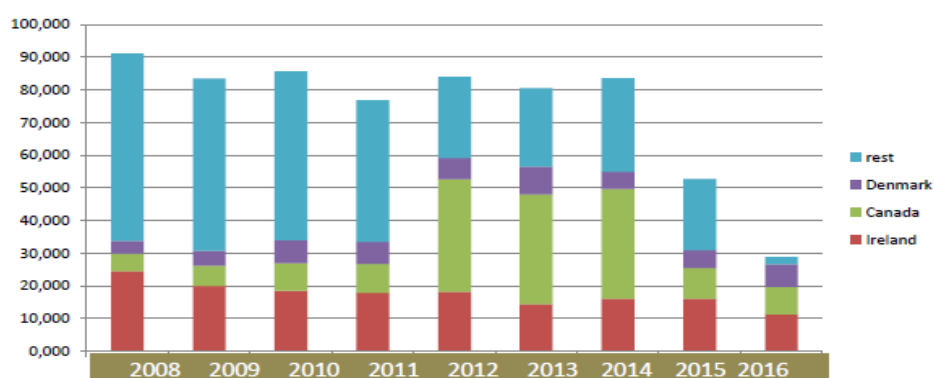
Instituições de ensino	Nº de escolas		Nº de Alunos		Nº de professores		Rácio aluno/prof.	
	2008	2018	2008	2018	2008	2018	2008	2018
Escola primária (1º e 2º ciclo)	105	104	46.713	57.478	829	1.085	56	53
Escola Secundária (1º e 2º ciclo)	1	2	3.424	4.368	88	186	39	23

Fonte: **Jerry Maquenzi**. Pobreza e desigualdades em zonas de penetração de grandes projectos: Estudo de caso em Namanhumbir – Cabo Delgado. **Observatório do Médio Rural (OMR)**. Nº 77. AGOSTO 2019. Disponível em: <https://omrmz.org/omrweb/wp-content/uploads/OR-77-Pobreza-e-desigualdades-em-Namanhumbir.pdf> (25)

Segundo vários autores, entre elas Graça Machel (26), toda esta situação foi agravada pela crise provocada pelos empréstimos que o Estado moçambicano contraiu de cerca de 2 mil milhões de dólares (1,8 mil milhões de euros) entre 2013 e 2014 junto das filiais britânicas dos bancos de investimentos Credit Suisse e VTB em nome das empresas estatais moçambicanas Proindicus, Ematum e MAM. Caso que passou a ser designado como "dívidas ocultas", porque só foram conhecidas em 2016, o que levou à suspensão de vários apoios internacionais, entre eles do Fundo Monetário Internacional (FMI), retirando-se a ajuda ao Orçamento Geral do Estado que permitiam a complementaridade entre os recursos internos do país e os recursos de parceiros de desenvolvimento para manter o ritmo ou fazer crescer o ritmo de desenvolvimento de Moçambique.

Um dos sectores fortemente prejudicados pela crise foi o sector da saúde, tal como se pode apreciar no seguinte gráfico.

Gráfico 4. - Comparativa de financiamento externos de agências de cooperação para o desenvolvimento no sector da saúde.

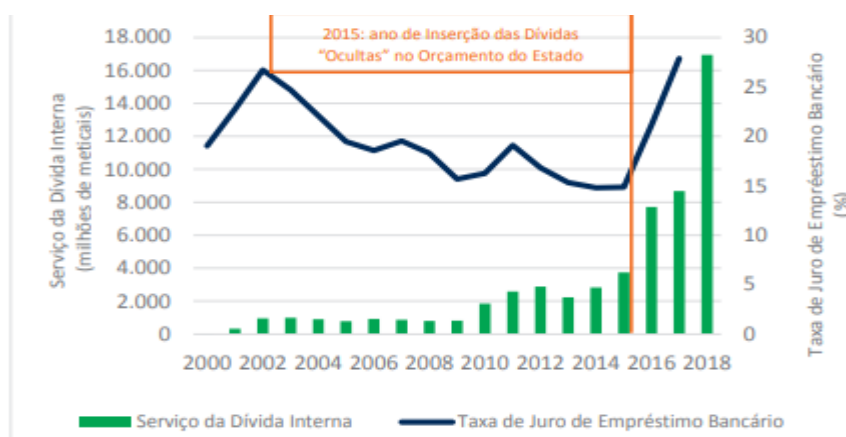


Fonte: Taxas para os utentes nos serviços de saúde. Apresentação realizada pela OMG Médicos Sem Fronteiras (MSF) na Iª Conferência Internacional sobre DSS, organizada pela Aliança da Saúde. Maputo 2018. Disponível em: <https://www.medicusmundimozambique.org/es/actividades/i-conferencia-internacional-sobre-determinantes-sociales-de-la-salud> (27)

Segundo, o Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD) (28) a crise da dívida provocou entre outros os seguintes aspectos:

- A “legalização” das dívidas “ocultas” acentuou a discrepância entre as receitas totais e despesas totais do Estado numa média anual de 20,4 mil milhões de Meticais
- Com a inserção das dívidas “ocultas” no Orçamento do Estado, em 2015, a dívida pública moçambicana acelerou para níveis de insustentabilidade segundo os critérios do Fundo Monetário Internacional. O contínuo défice das contas públicas tem obrigado o Governo Moçambicano a se endividar, tanto ao nível interno (dívida pública interna) como ao nível externo (dívida pública externa).
- O incremento do serviço da dívida externa como resultado da contração das dívidas ocultas contribuiu para a depreciação acentuada (23%) do Metical em relação ao dólar americano.
- O incremento do serviço da dívida interna como resultado da contração das dívidas ocultas contribuiu para a aceleração do custo do crédito no mercado bancário nacional em 40 pontos percentuais.

Gráfico 5. - Relação entre o Serviço da Dívida Interna e as Taxas de Juro de Empréstimo Bancário

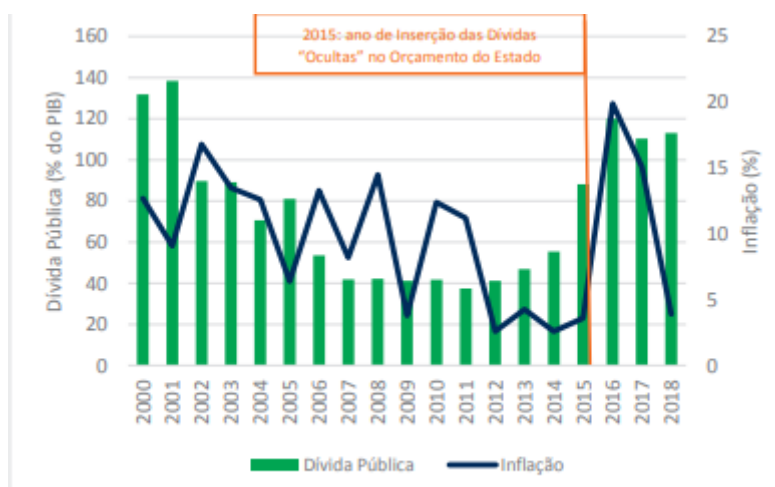


Fonte: Banco de Moçambique (2019)

Fonte: Que preço os moçambicanos estão a pagar pela dívida pública insustentável? Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD). Disponível em: <http://www.cddmoz.org> (28)

- A inclusão das dívidas “ocultas” na conta geral do Estado, encareceu o custo de vida em, pelo menos, 453 pontos percentuais entre 2015 e 2017.

Gráfico 6.- Relação entre a Evolução da Dívida Pública e a Inflação em Moçambique (2000-2019)



Fonte: Trading Economics (2019)

Fonte: Que preço os moçambicanos estão a pagar pela dívida pública insustentável? Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD). Disponível em: <http://www.cddmoz.org> (28)

Há consenso entre muitos autores, entre elas Graça Machel (26), em relação a que Moçambique, ressentiu-se fortemente da crise provocada pelas `dívidas ocultas, pelo que pontuou 49 pontos, menos 0,2 do que há 10 anos, no Índice Ibrahim de Governança Africana (IIAG) 2020, que mede anualmente a qualidade da governação em 54 países africanos através da compilação de dados estatísticos do ano anterior. Os maiores declínios foram registados nas categorias de "Participação, direitos e inclusão" e de "Segurança e Estado de direito". As dívidas ocultas contribuíram para o aumento da pobreza, desigualdade e insegurança, particularmente no norte e centro do país.

Por tudo o anterior, há razões para acreditar que os elevados níveis de pobreza afectam a privação em várias outras dimensões dos meios de subsistência das pessoas, que se refletem no Índice de Desenvolvimento Humano do país.

Embora o período mostre melhorias nas pontuações do IDH, o valor mais recente, segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2020 (2019) é de **0,569**, colocando a Moçambique na 181ª posição de 189 países. O PNUD também calcula um IDH ajustado pela desigualdade. Isso reduz o valor do IDH de acordo com o grau de desigualdade em todos os índices das componentes. Claramente, quanto maior o grau de desigualdade, maior a redução no IDH e mais prejudicial é a desigualdade para o desenvolvimento humano.

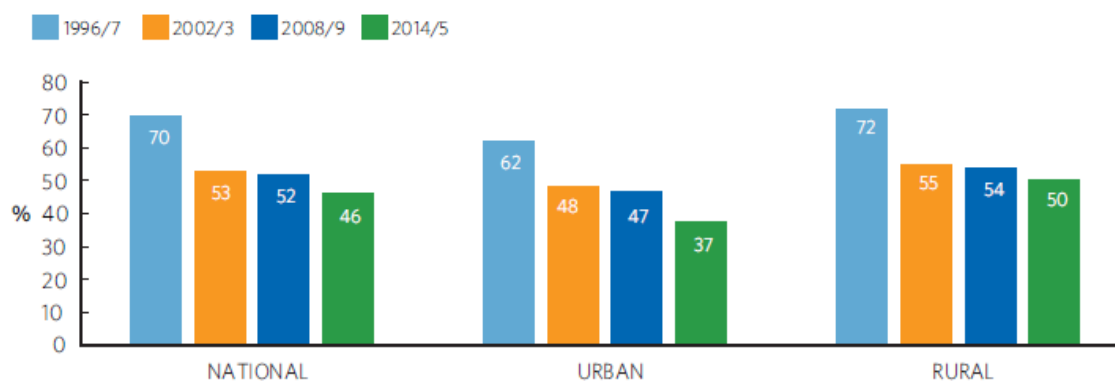
A Desigualdade do IDH referente a Moçambique no ano 2020 é de **0,3162**, **30,7% abaixo do IDH de 0,569**. Isto sugere que a desigualdade está a reduzir consideravelmente o nível efectivo do desenvolvimento humano.

Por último, o PNUD calcula um índice de pobreza multidimensional que inclui um conjunto mais amplo de dimensões da pobreza humana, como já explicado, incluindo a educação, saúde e padrão de vida. A pontuação geral de Moçambique é **de 0,390 com** base no inquérito de 2011. Isto significa que 39% da população vivia em condições de pobreza multidimensional. Tal indica que a desigualdade numa variedade de indicadores não directamente reflectidos pelo rendimento per capita tem uma influência importante sobre o grau de empobrecimento.

A Quarta Avaliação Nacional da Pobreza (29) reporta quedas significativas na pobreza multidimensional de 0,77 em 1997, 0,66 em 2002, 0,59 em 2008 e 0,45 em 2014. No entanto observou-se que subsistem “grandes diferenças de bem-estar (e tendências ao longo do tempo) entre diferentes grupos de renda sócio-económica e zonas geográficas. A desigualdade e as diferenças espaciais aumentaram. Isto implica que infra-estruturas económicas equilibradas e espaciais e as políticas sociais estão a tornar-se cada vez mais críticas tanto da perspectiva do bem-estar como da economia política”.

Tanto no Relatório da 4ª Avaliação da Pobreza como no Relatório Mundos Distantes (30), argumenta-se que a “futura dinâmica da agricultura praticada pelos pequenos agricultores e do sector informal revestir-se-á de primordial importância para alcançar um amplo progresso contínuo na melhoria do bem-estar”, concluindo que “alcançar um crescimento inclusivo é o principal desafio político que Moçambique enfrenta no seu desenvolvimento económico e social nas próximas décadas”.

Gráfico 7.- População abaixo da pobreza (%) - Moçambique, 1997-2015



Fonte: Mundos Distantes. Saúde Reprodutiva e Direitos numa Era de Desigualdade Suplemento Nacional do Estado da População Mundial, 2017. FNUAP https://mozambique.unfpa.org/sites/default/files/submissions/SECTION%20VI%20-%20ANNEX%20Ib_ITEM%206%20SWOP%20Supplement.pdf (30)

8.1. Desigualdade regional

A taxa de pobreza nacional de 46,1% obtida do inquérito de 2014/15 significa uma grande divisão rural/urbana, com a pobreza rural situada em 50,1%, enquanto a pobreza urbana é de 37,4%. Quando estes números são ainda mais desagregados, revelam grandes variações nas diferentes províncias. A título de exemplo, em 2014/15 a pobreza no Niassa situava-se ainda acima dos 60% da população e tinha aumentado acentuadamente em relação aos seus níveis de 2008 e 2002.

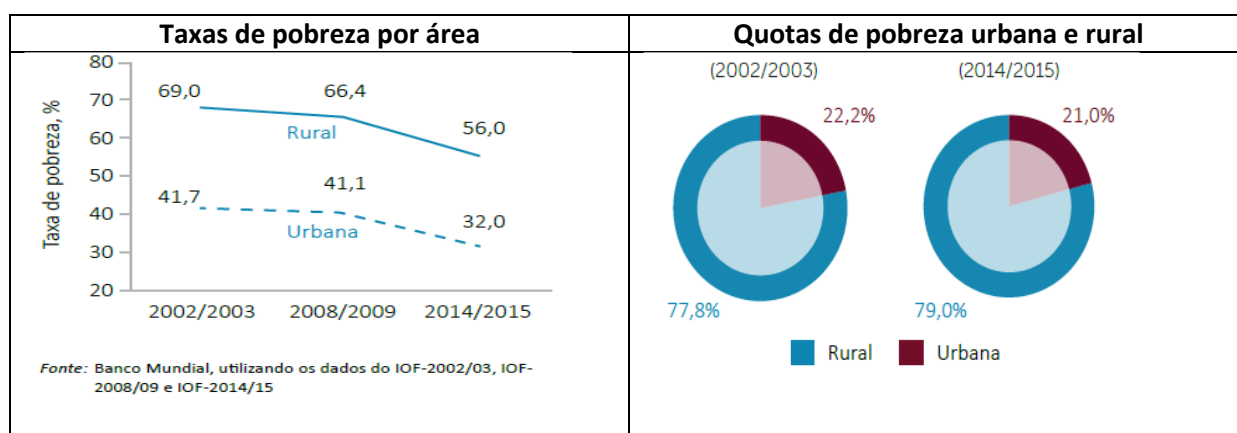
A pobreza também aumentou em Nampula e Cabo Delgado, de tal modo que relativamente às províncias do Norte como um todo, a taxa de pobreza geral aumentou entre 2008/9 e 2014/15 de 45,1 para 55,1%, uma taxa que é superior à de 2002/3. Pelo contrário, a pobreza em Maputo Cidade reduziu para 11,6% e em Maputo província para 19,9%. Além disso, e tal como o relatório de 2016 torna claro, a queda relativamente fraca na taxa de pobreza em muitas províncias, aliada ao aumento muito grande da população, significa que o número absoluto de pessoas na pobreza é aproximadamente o mesmo que em 1996/97 (Ministério da Economia e Finanças, 2016).

Embora os números globais tenham reduzido, este padrão de desigualdade regional é pouco alterado e nalguns aspectos, pode ser mais divergente do que 20 anos antes. Um elemento crucial de um padrão

de vida digna é o acesso à água potável e ao saneamento melhorado. Nestas duas áreas registaram-se melhorias, mas a taxa geral dessa melhoria tem sido muito lenta, sendo evidente uma enorme divisão rural / urbana. Até em 2015, o acesso ao saneamento melhorado era de apenas 10,1% nas zonas rurais, apenas o dobro do nível de 2000. O acesso nas zonas urbanas era de 41,1%, que é inferior a uma melhoria de 5% desde 1996. Registam-se grandes melhorias no acesso às fontes de água potável e, mesmo aqui, depois de mais de 20 anos de um crescimento sólido, as zonas rurais tinham apenas um acesso de 37% às fontes de água melhoradas, contra 80,6% nas zonas urbanas. Mas mesmo nas zonas urbanas, está claro que a taxa de melhoria é extremamente lenta. O acesso foi de 73,1% em 1996 no início do período.

Os níveis de bem-estar não têm vindo a convergir entre as zonas urbanas e rurais. Desde o início da década de 2000, quase 8 em cada 10 pessoas pobres encontram-se nas áreas rurais, como mostram os seguintes gráficos.

Gráfico 8. Taxas e quotas de pobreza rural e urbana



Fonte: 4ª Avaliação da Pobreza em Moçambique. Banco Mundial. 2016. Disponível em: [http://documents1.worldbank.org/curated/en/600731554132409626/pdf/Overview.pdf\(30\)](http://documents1.worldbank.org/curated/en/600731554132409626/pdf/Overview.pdf(30))

A tendência decrescente na pobreza também é observável quando a medimos através de um limiar de pobreza internacional. O limiar de pobreza global, de 1,90 USD (PPC), também pode ser utilizado para examinar o nível e a evolução da pobreza em Moçambique. Este limiar não substitui o limiar de pobreza oficial, sendo antes um limite de referência.

Tabela 3. Taxa de pobreza per capita, de acordo com o limiar de pobreza nacional e com o limiar de pobreza de 1,9 USD (PPC)

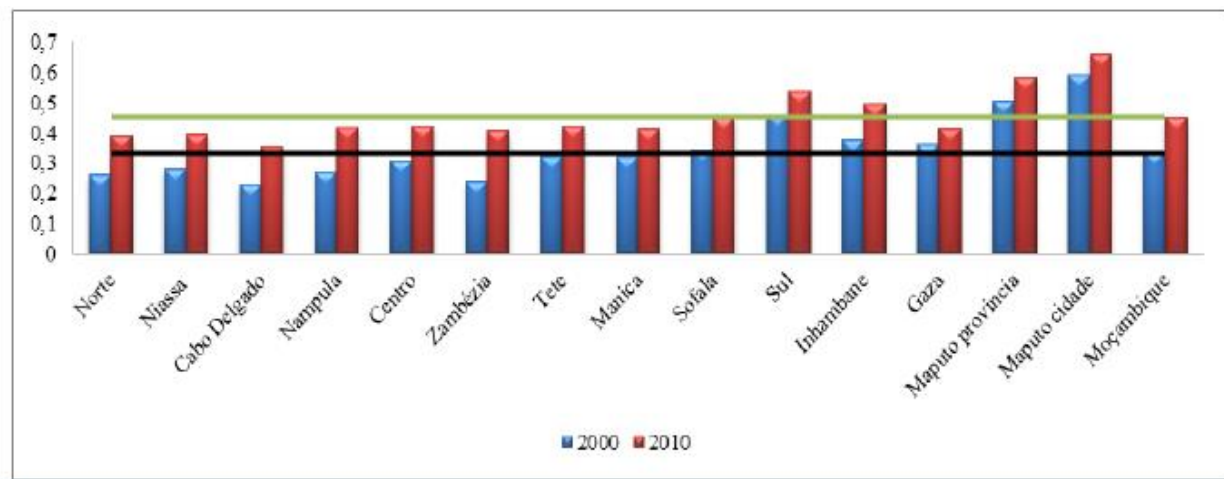
	2002/03	2008/09	20014/15
Nacional	60,3%	58,7%	48,4%
Urbana	41,7%	41,1%	32,0%
Rural	69,0%	66,4%	56,0%
Limiar de Pobreza de 1,9 USD de PPC	78,5%	67,9%	62,9%

Fonte: 4ª Avaliação da Pobreza em Moçambique. Banco Mundial. 2016. Disponível em: [http://documents1.worldbank.org/curated/en/600731554132409626/pdf/Overview.pdf\(30\)](http://documents1.worldbank.org/curated/en/600731554132409626/pdf/Overview.pdf(30))

Segundo Mosca e Abbas, (31), as desigualdades sociais de rendimento entre o meio rural e o urbano e entre sectores produtivos, têm grande influência no PIB por habitante e no Índice de Desenvolvimento

Humano (IDH), na acessibilidade aos serviços (educação e saúde) e bens (por exemplo, água canalizada) entre as zonas Norte, Centro e Sul e entre províncias, tal como se pode apreciar no seguinte gráfico.

Gráfico 9.- Relação do IDH em Moçambique entre 2000 e 2010

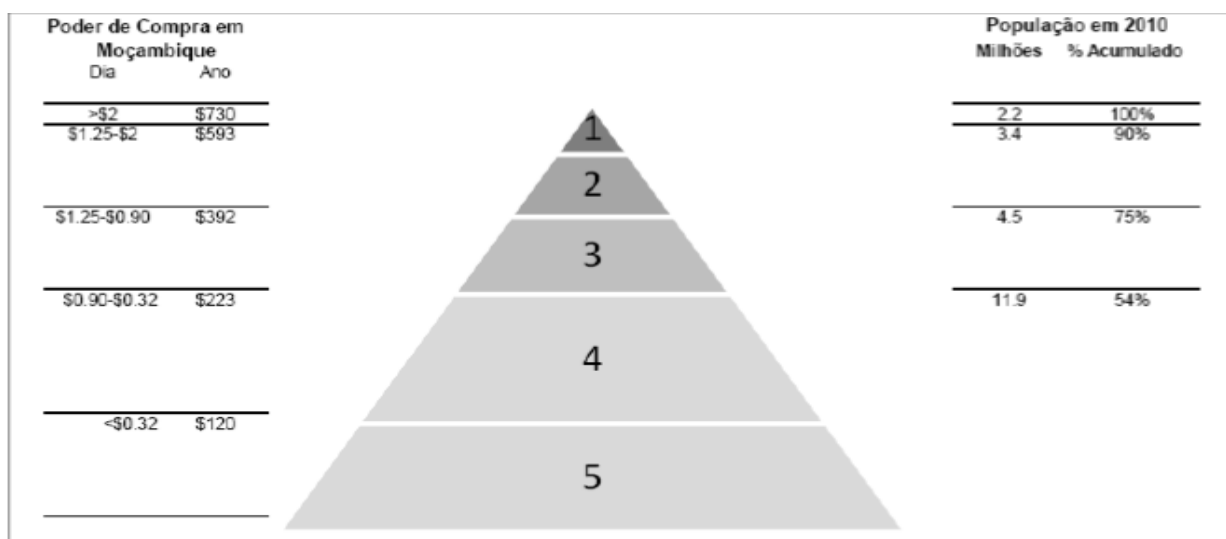


Nota: As duas linhas (verde e preta) mostram a média da evolução nacional do IDH.

Fonte: João Mosca e Máriam Abbas. Observatório Rural em Moçambique (ORM.) Políticas Públicas e Desigualdades Sociais e Territoriais em Moçambique. ORM Nº 42. Julho 2016 Disponível em: <https://omrmz.org/omrweb/wp-content/uploads/Observador-Rural-42.pdf> (31)

Em termos de distribuição social do rendimento, as desigualdades são igualmente relevantes, conforme demonstra a figura abaixo.

Figura 3. - Pirâmide da renda em Moçambique



Fonte: João Mosca e Máriam Abbas. Observatório Rural em Moçambique (ORM.) Políticas Públicas e Desigualdades Sociais e Territoriais em Moçambique. ORM Nº 42. Julho 2016 Disponível em: <https://omrmz.org/omrweb/wp-content/uploads/Observador-Rural-42.pdf> (31)

8.2. Desigualdade de Género.

Uma das desigualdades mais generalizadas e persistentes é a existente entre homens e mulheres, rapazes e raparigas, que além de representar uma injustiça, é um factor contribuinte fundamental da pobreza e da privação inter-geracional.

Nos últimos anos, as Nações Unidas, particularmente algumas agências como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Organização das Nações Unidas para a Mulher (ONU MULHER), cientes das desigualdades de género tem desenvolvido vários instrumentos para medir as Desigualdade de Género entre eles: (32)

- **O Índice de Desenvolvimento de Género (IDG) ajustado à desigualdade:** Mede as diferenças de género no desempenho relacionados ao desenvolvimento humano, tendo em conta as disparidades entre mulheres e homens nas três dimensões básicas do desenvolvimento humano: **a saúde**, medida pela esperança de vida à nascença para homens e mulheres; **o conhecimento ou educação**, medido pelo número de anos de escolaridade esperados de homens e mulheres na infância e média de anos de escolaridade de homens e mulheres adultos com 25 anos ou mais; **e padrão de vida**, medido através do controle sobre os recursos económicos entre os homens e as mulheres, com base nos ganhos estimados de renda. O IDG revela o nível de atraso experimentado pelas mulheres em relação os homens e como eles avançam em todas as dimensões do desenvolvimento humano para colmatar o atraso das mulheres. Este índice ajuda a entender melhor as diferenças de género em realizações reais de desenvolvimento humano, sendo de grande utilidade para projectar instrumentos políticos e jurídicos que permitam reduzir essas diferenças.

Índice de Desigualdade de Género (IDGI): É uma medida composta que reflete a desigualdade nas realizações entre mulheres e homens em três dimensões: **saúde reprodutiva**, medida pela taxa de mortalidade materna e taxa de partos na adolescência; **empoderamento**, medido pela percentagem de assentos no parlamento e a população com pelo menos uma parte do ensino secundário **concluído**; e **participação no mercado de trabalho**, medido pela taxa de participação na força de trabalho no país.

Tabela 4. Indicadores de Género em Moçambique segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano. Ano 2019

Tipo de Indicador	Países de desenvolvimento humano muito elevado	Países de desenvolvimento humano baixo	África Subsaariana	Moçambique /Posição entre 189 países (180)
IDH	0,892	0,5007	0,541	0,569
IDH	0,175	0,590	0,573	0,569
IDGI	0,979	0,858	0,891	0,901

Fonte: Relatório do Desenvolvimento Humano 2019. PNUD. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf (32)

Existem ainda uma série de indicadores que sugerem um grau substancial de desigualdade de género nas relações interpessoais. Os mais marcantes são: as conclusões do inquérito sobre o nível de violência em relacionamentos íntimos e o grau de aceitação por parte de mulheres e homens que, embora tenha reduzido, permanecem muito altos. No inquérito de 2011, **27,7% das mulheres na faixa etária 15-49 anos reportaram violência física ou sexual nos últimos 12 meses perpetrada por um parceiro íntimo.**

Este número parece ter sofrido um aumento em relação ao ano 2003. O grau de aceitação de tal comportamento, embora em declínio, ainda parece ser alto. No total, 21% das mulheres reportam que aceitam que é justificável que um homem bata na sua esposa por causa de uma série de questões, nomeadamente discussão. Estes números falam de uma desigualdade profundamente enraizada no lar e na sociedade.

8.3. Desigualdade no acesso à educação

A desigualdade na educação, em termos de acesso e de aproveitamento, não é uma variável simples de medir. Em parte, é uma função do acesso aos vários estágios do ensino (primário, secundário, terciário), anos de escolaridade, qualificação e, fundamentalmente, retenção da entrada até à saída. Os dados do inquérito permitem que essas dimensões sejam estimadas separadamente e desagregadas sob uma variedade de rubricas, em particular por zona (rural / urbana e por província), por renda e por sexo.

Existem diferenças muito significativas em todas as dimensões do acesso à educação e aproveitamento escolar entre as zonas rurais e urbanas, sendo que as zonas rurais têm um desempenho muito pior do que as zonas urbanas em todas as categorias. A título de exemplo, existem proporções muito elevadas de jovens e adolescentes fora da escola nas zonas rurais (**66% e 41%, respectivamente**). As taxas de conclusão referentes ao ensino secundário são extremamente baixas nas zonas rurais; **a taxa de conclusão nas zonas rurais para o 1º ciclo do ensino secundário geral é de apenas 4% e para o 2º ciclo do ensino secundário geral é de 2%**. As taxas urbanas são uniformemente melhores, mas ainda ficam atrás de países equiparáveis da Região, existindo um fracasso educacional urbano e rural. A divisão rural/urbana pode ser investigada ainda quando os dados são desagregados por províncias.

Os resultados, em grande parte, reflectem os obtidos para o nível de pobreza. A dimensão mais marcante da desigualdade educativa são as disparidades regionais entre Maputo Cidade/ Região de Maputo e grande parte do resto do país. Por exemplo, a proporção de pessoas que nunca frequentaram a escola foi de 38% em Tete, 36% em Cabo Delgado, mas apenas 4% em Maputo Cidade e 5% na Região de Maputo.

Uma dimensão crucialmente importante da desigualdade na educação é a relativa às diferenças entre rapazes e raparigas. Os números nacionais globais mostram um grau considerável de desigualdade de género: os homens obtêm maior pontuação em todas as categorias. Há mais raparigas que nunca frequentaram a escola (22% ao contrário de 21%), menos raparigas que concluem o ensino primário (27% ao contrário de 45%) ou secundário (6% ao contrário de 13%).

No entanto, embora estas disparidades mostram um claro gradiente de género, é fundamental ressaltar que as mesmas são em grande parte um reflexo das diferenças entre a renda familiar ou entre as diferentes províncias. As crianças de famílias mais ricas têm muitas mais probabilidades de ir para a escola, sejam elas rapazes ou raparigas.

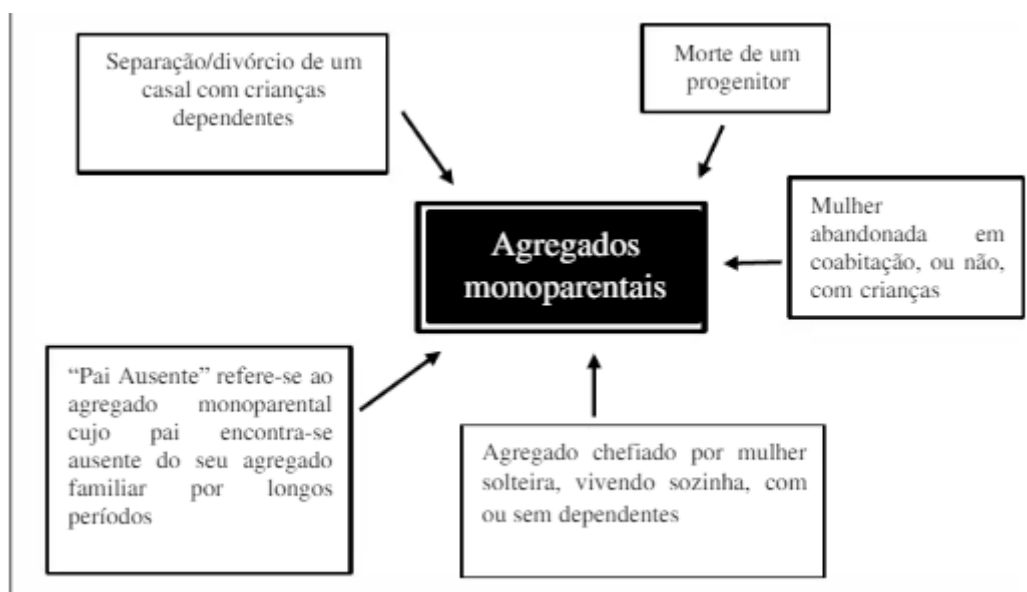
Um caso particular da intersectorialidade entre pobreza, género, educação e ruralidade, manifesta-se de forma evidente nas famílias monoparentais chefiadas por mulheres, (FMCM) estudadas por Rachide (33).

As famílias monoparentais são caracterizadas pela ausência de um dos adultos da cabeça do casal. De acordo com autora, na sequência da guerra dos 16 anos, surgem no país excessivos grupos de famílias monoparentais chefiadas por mulheres. A maioria é proveniente de famílias rurais e alargadas, que estiveram no conflito armado, seja a partir do serviço militar “obrigatório”, seja via rapto. Num grupo em confronto militar, as mortes dos seus companheiros e a gravidez provocava a retirada e desmobilização das mulheres que, na condição de viúvas e mães, vêem-se a assumir a sua família de forma individual. As famílias monoparentais chefiadas por mulheres tornam-se visíveis, em termos

percentuais, a partir do segundo censo realizado em 1997 em Moçambique, onde o número de AFCM representava 10% do total das famílias moçambicanas.

As famílias monoparentais chefiadas por mulheres, apesar de todas terem vários denominadores em comum, viverem sozinhas com filhos, netos e/ou irmãos, e procuram formas de sustento do seu agregado familiar. Estes agregados familiares contêm diferenças que existem também os agregados familiares chefiados por mulheres cujo marido migrou, estando ausente por mais de 6 meses.

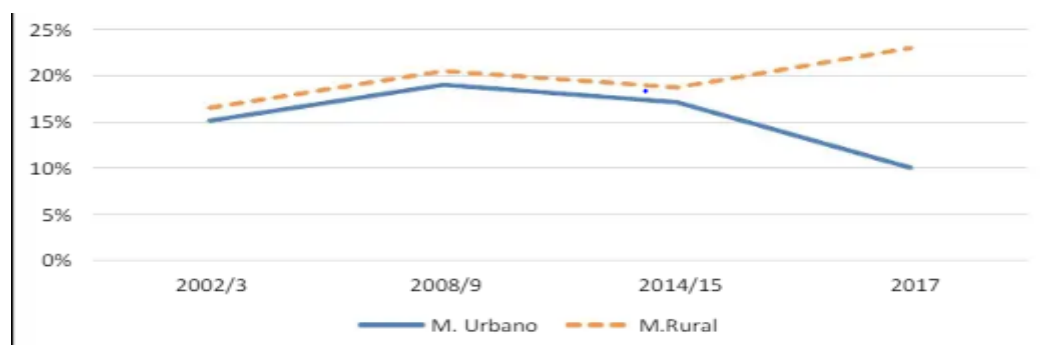
Figura 4. - As vias de entrada para um agregado monoparental



Fonte: Rachide, A. Pobreza no meio rural. Situação de famílias monoparentais chefiadas por mulheres. Observatório do Médio Rural (OMR). Nº 83. H. Janeiro 2020. Disponível em: <https://omrmz.org/omrweb/wp-content/uploads/Observador-Rural-42.pdf>(33)

O estudo mostra a existência de diferenças entre o nível rural e urbano, sendo que desde o ano 2014 observa-se uma diminuição no âmbito urbano em contraposição a um incremento significativo no médio rural como se pode observar no seguinte gráfico.

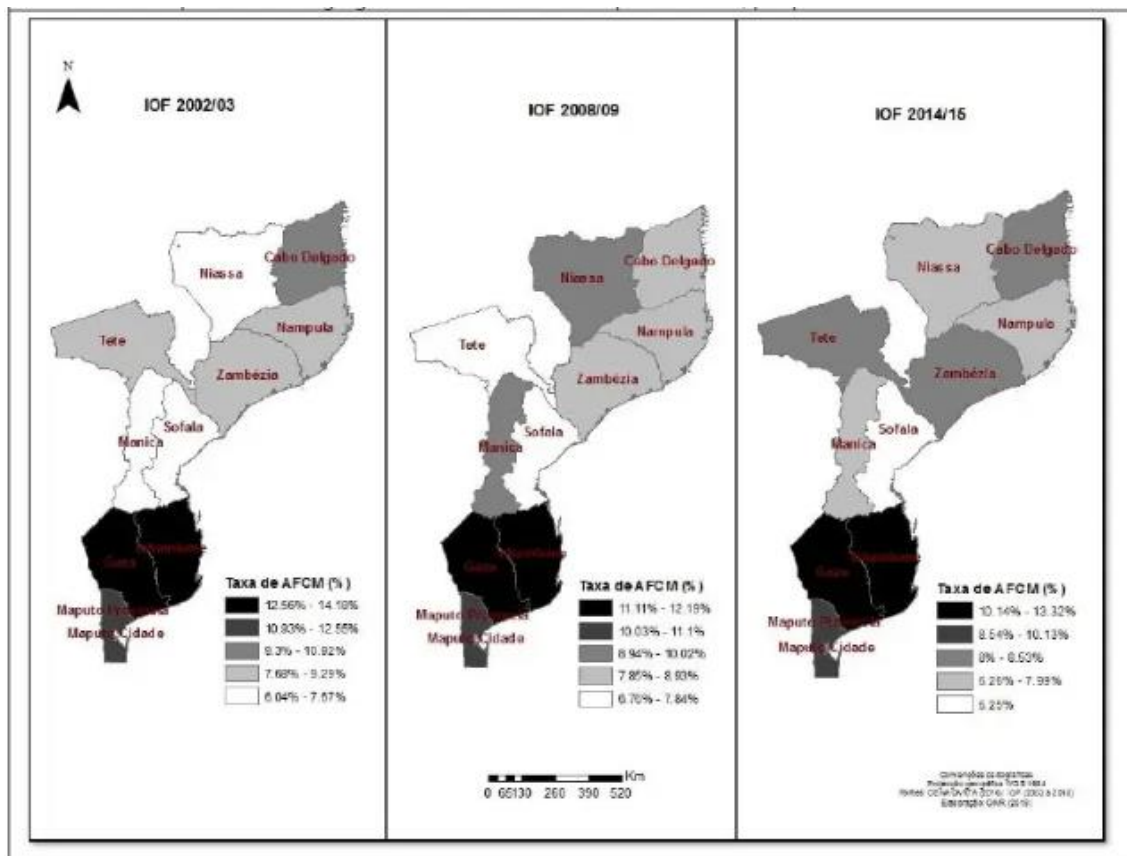
Gráfico 10. - Taxas de agregados familiares chefiados por mulheres em Moçambique, segundo o local de residência



Fonte: Rachide, A. Pobreza no meio rural. Situação de famílias monoparentais chefiadas por mulheres. Observatório do Médio Rural (OMR). Nº 83. H. Janeiro 2020. Disponível em: <https://omrmz.org/omrweb/wp-content/uploads/Observador-Rural-42.pdf>(33)

Diferenças que também são evidenciadas entre as diferentes províncias do país.

Mapa 5.- Taxa de agregados familiares chefiados por mulheres, por província 2002-2015

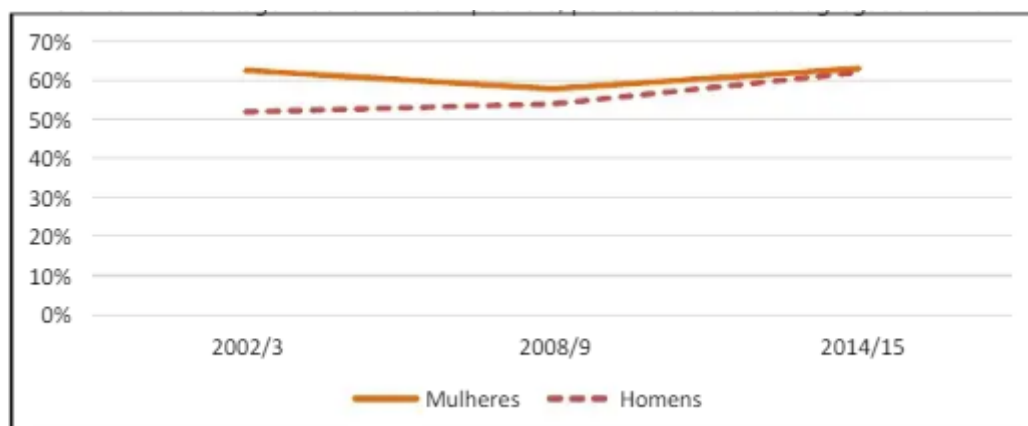


Fonte: Rachide, A. Pobreza no meio rural. Situação de famílias monoparentais chefiadas por mulheres. Observatório do Médio Rural (OMR). Nº 83. H. Janeiro 2020. Disponível em: [https://omrmz.org/omrweb/wp-content/uploads/Observador-Rural-42.pdf\(33\)](https://omrmz.org/omrweb/wp-content/uploads/Observador-Rural-42.pdf(33))

Alguns estudos revelam que a ausência da figura masculina nas famílias chefiadas por mulheres pode conferir um maior empoderamento às mulheres (Loforte, 2000; Agy 2017) na medida em que elas conquistam novos espaços sociais, e têm a oportunidade de distribuir os recursos e as tarefas familiares (Kabeer, 2007). A ausência do patriarca pode permitir à mulher o desenvolvimento de competências de geração e de gestão de rendimentos, de forma a garantir a subsistência familiar.

Contudo, o estudo realizado por Rachide demonstrou que as famílias chefiadas por mulheres são, geralmente, mais pobres do que as restantes famílias, à excepção das que o marido emigrou. De facto, num contexto de tecnologia pouco desenvolvida e em que grande parte das actividades rurais é desempenhada manualmente, os agregados familiares estão fortemente dependentes de mão-de-obra. Neste cenário, a ausência de mão-de-obra masculina exerce um impacto negativo na capacidade de geração de rendimentos. Em segundo lugar, o estudo demonstrou que os AFCM são constituídos por grupos heterogéneos, onde as mulheres que se encontram a viver em situação de viuvez e separação são as mais pobres e vivem em situação de vulnerabilidade. Estes grupos são particularmente desfavorecidos na obtenção de rendimento monetário, nas possibilidades de consumo e nas condições habitacionais.

Gráfico 11. - Percentagem de famílias em pobreza, por sexo do chefe de agregado familiar



Fonte: Rachide, A. Pobreza no meio rural. Situação de famílias monoparentais chefiadas por mulheres. Observatório do Médio Rural (OMR). Nº 83. H. Janeiro 2020. Disponível em: <https://omrmz.org/omrweb/wp-content/uploads/Observador-Rural-42.pdf>(33)

8.4. Desigualdade de Consumo

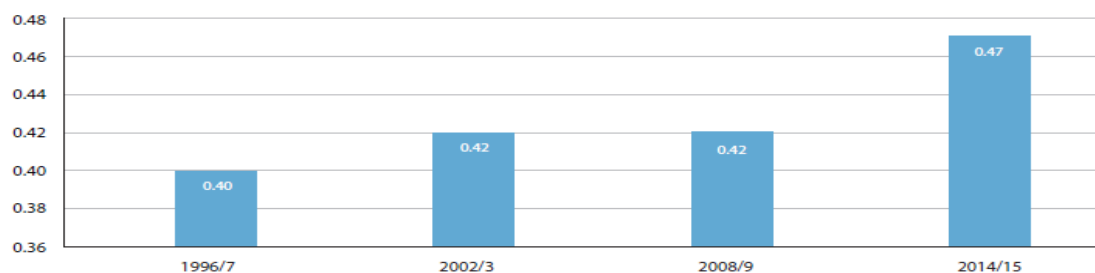
Finalmente, outra das desigualdades analisadas são às relativas às desigualdades de consumo. Tal como foi explicado anteriormente, as medidas-padrão das desigualdades numa sociedade são o coeficiente de Gini, sendo cada vez mais utilizado o Índice de Palma.

O Índice de Gini, como anteriormente descrito, reflecte até que ponto a distribuição global de alguma variável, por exemplo, renda ou consumo, se desvia da igualdade total, cujos valores oscilam entre 0 (todos recebem o mesmo) e 1 (todos os recursos recebidos por uma única unidade). O aumento da desigualdade é reflectido num maior coeficiente de Gini.

A Quarta Avaliação Nacional da Pobreza (2016) fornece um Gini actualizado e também volta a calcular os coeficientes de Gini dos inquéritos anteriores (1996/97, 2002/03, 2008/9). Estes mostram um nível relativamente estável de desigualdade até 2008 (0,40 em 1996, 0,42 em 2002 e 0,42 em 2008), sugerindo pouca mudança na distribuição entre 1996 e 2008. No entanto, o coeficiente de Gini de 2014/15 é de 0,47, o que mostra um aumento muito grande da desigualdade.

No gráfico seguinte se pode observar a evolução do índice de Gini em Moçambique entre os anos 1996-2015.

Gráfico 12.- Índice de Gini de Moçambique 1996-2015



Fonte: Mundos Distantes. Saúde Reprodutiva e Direitos numa era de desigualdade. Suplemento Nacional do Estado da População Mundial para Moçambique. 2017. FNUAP. Disponível em:

Embora os coeficientes de Gini e os inquéritos em que se baseiam estejam inerentemente sujeitos a uma margem de erro, um aumento de 5 pontos entre 2008/09 e de 12% em 2014/15 parece apontar inequivocamente para um grande aumento na desigualdade do consumo per capita num passado recente.

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD do ano 2020, o Coeficiente de Gini do país era de 0,54.

Por sua vez, o Índice de Palma, segundo a 4ª avaliação da pobreza (2016), mostra uma deterioração considerável na desigualdade. O rácio do consumo per capita do 95º percentil por 5º percentil aumentou substancialmente, passando de **9,29 em 1996 para 12,15 no inquérito de 2014/15**. O aumento do valor neste rácio, indica que o consumo per capita dos ricos aumentou muito mais rapidamente do que o consumo per capita dos pobres. Noutras palavras, os ricos ficaram mais ricos, enquanto os pobres ficaram (comparativamente) mais pobres.

8.5. Pobreza e Desigualdades nas crianças de Moçambique

Como já foi descrito anteriormente as causas ou determinantes das desigualdades sociais são múltiplos e de diferentes tipos, estando frequentemente inter-relacionadas (intersectorialidade) e expressando-se particularmente nos grupos de população mais vulnerável, entre eles as mulheres, particularmente as mulheres responsáveis de famílias monoparentais (de facto mono-parentais) e as crianças.

Um exemplo do anterior observasse na pobreza multidimensional infantil, indicador que reflete a quantidade e tipos de privações que sofrem as pessoas que moram em lares que são considerados pobres, em três aspectos básicos: educação, saúde, e nível de vida.

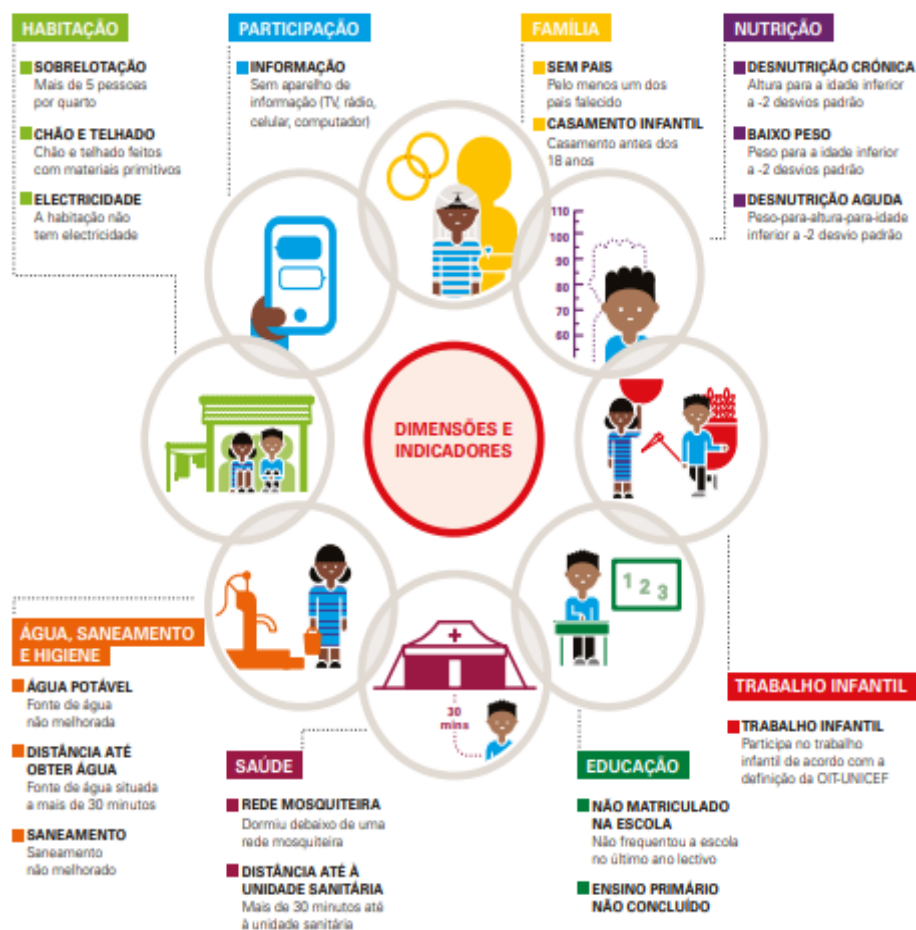
Segundo o Relatório da Pobreza Infantil Multidimensional¹⁸ em Moçambique 2020 da Organização das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)/Moçambique 2020. Disponível (34), em Moçambique existem 14.261.208 crianças: 39,45% de 0 a 5 anos; 34,6% de 6 a 11 anos; 25,93% de 11 a 17 anos. De estas, cerca de 10 milhões vivem alguma forma de pobreza (71%).

- Quase uma em cada duas crianças moçambicanas de 0-17 (46%) anos podem ser consideradas pobres em termos multidimensionais com base na definição acordada com os intervenientes nacionais. Isto significa que alguns dos direitos básicos de cerca de sete milhões de crianças não são satisfeitos.
- Quase um terço das crianças (28%) vive em situação de pobreza monetária e multidimensional: são pobres em termos de consumo e, ao mesmo tempo, desfavorecidas em múltiplas dimensões.
- Metade da população infantil (49%) de 0-17 anos é pobre em termos monetários, o que significa que vive numa família cujo consumo está abaixo da linha nacional de pobreza.

¹⁸ As dimensões e indicadores da pobreza infantil multidimensional em Moçambique foram seleccionadas durante um workshop de lançamento com os principais intervenientes em Moçambique. Foram acordadas oito dimensões e 17 indicadores como aspectos importantes da privação infantil em Moçambique. Os indicadores foram seleccionados para representar diferentes faixas etárias (0-4, 5-12 e 13-17 anos), reflectindo diferentes necessidades das crianças em diferentes fases de desenvolvimento. Os números principais foram estimados com base na metodologia do Índice de Pobreza Multidimensional (MPI na sua sigla em inglês), que estima a incidência da pobreza multidimensional (uma medida per capita) como a proporção dos que estão privados em pelo menos um terço dos 17 indicadores ponderados.

- Em todos os níveis – nacional, provincial e distrital – a taxa de pobreza monetária infantil é superior à da população em geral, mostrando que a pobreza monetária afecta mais a população jovem (49% vs 46%)

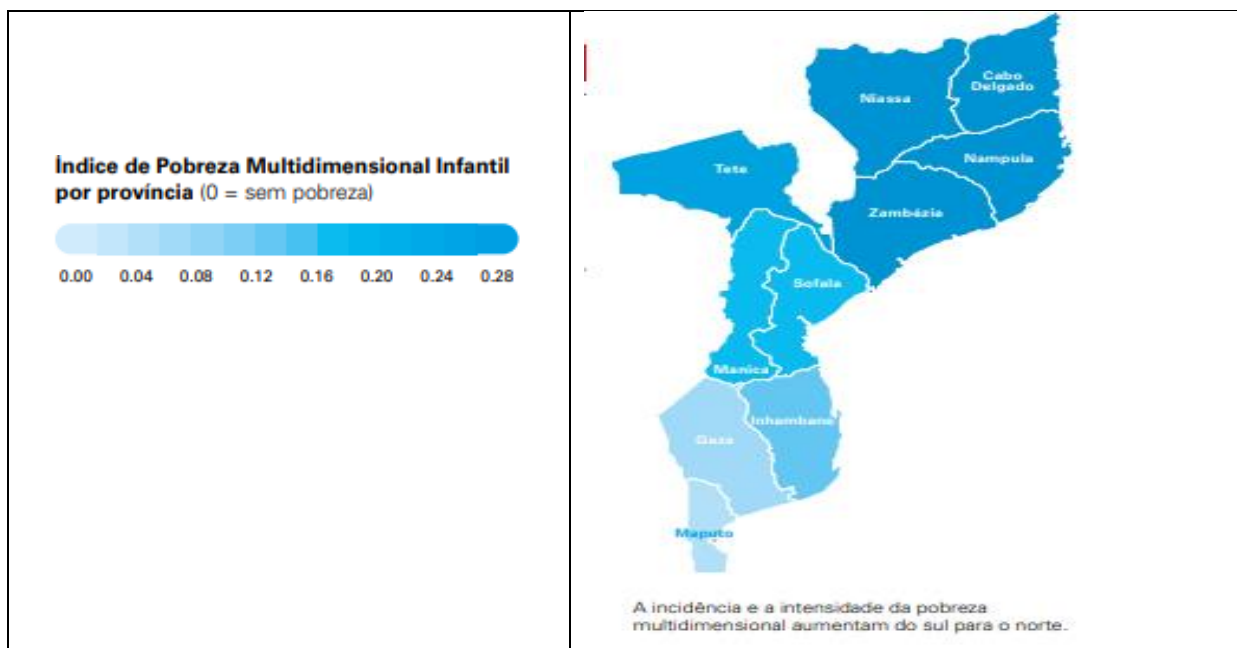
Figura 5. - Dimensões e indicadores da pobreza infantil multidimensional em Moçambique



Fonte: Relatório da Pobreza Infantil Multidimensional em Moçambique. 2020. UNICEF/Moçambique 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/mozambique/media/2676/file/Resumo%20do%20Relat%C3%B3rio:%20Pobreza%20Infantil%20Multidimensional%20em%20Mo%C3%A7ambique.pdf> (33)

A desigualdade geográfica e estrutural constitui uma característica fundamental da pobreza e privação infantil em Moçambique, tal como se pode observar no seguinte mapa.

Mapa 6. - Índice de Pobreza Multidimensional Infantil por regiões e províncias

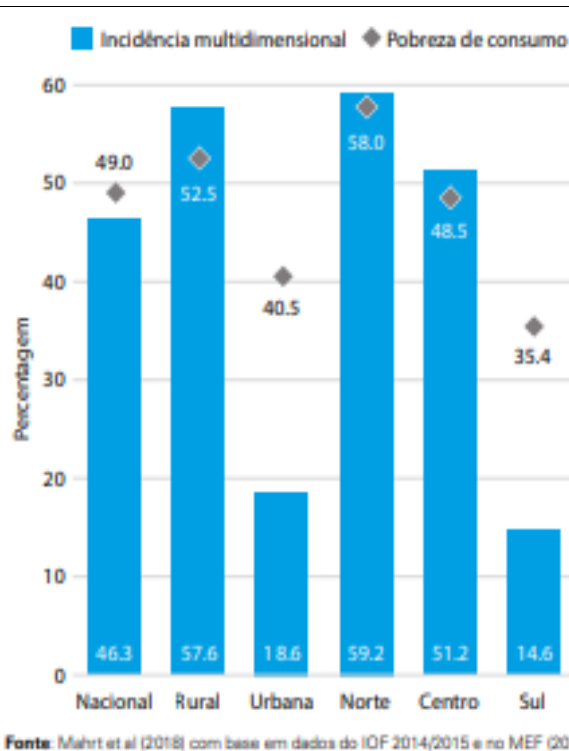


Fonte: Relatório da Pobreza Infantil Multidimensional em Moçambique. 2020. UNICEF/Moçambique 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/mozambique/media/2676/file/Resumo%20do%20Relat%C3%B3rio:%20Pobreza%20Infantil%20Multidimensional%20em%20Mo%C3%A7ambique.pdf> (34)

Existe uma lotaria de facto de nascimento que pune os nascidos nas zonas rurais ou nas províncias “não do Sul”. Ter nascido nas zonas rurais ou numa província do Norte aumenta três vezes a probabilidade de viver na pobreza relativamente às zonas rurais e às regiões do Sul, impulsionadas pela situação de Maputo e Maputo província. As crianças das 4 províncias mais pobres – Niassa, Cabo Delgado, Nampula e Zambézia – apresentam uma probabilidade 45 vezes maior de ser pobres do que as das mais ricas – Maputo Cidade.

Gráfico 13. - Pobreza infantil multidimensional e monetária

Tal como mostra o gráfico seguinte, existe uma lotaria de facto de nascimento que pune os nascidos nas zonas rurais ou nas províncias “não do Sul”. Globalmente, quase metade (46 por cento) de todas as crianças moçambicanas são pobres em termos multidimensionais. A prevalência da pobreza infantil multidimensional nas zonas rurais é três vezes maior do que nas zonas urbanas – 58 por cento em comparação com 19 por cento. As disparidades regionais e provinciais são ainda maiores, sendo o Norte quatro vezes mais pobre do que o Sul (58 por cento em comparação com 15 por cento), em grande parte devido à situação da cidade de Maputo. As taxas de pobreza multidimensional e de consumo são semelhantes quando ambas são mais elevadas: as zonas rurais e as regiões centro e norte. Em contrapartida, a pobreza infantil urbana é impelida pela escassez de recursos financeiros ou pelo baixo consumo: 41 por cento das crianças das zonas urbanas são pobres monetariamente, mas apenas 19 por cento são pobres em termos multidimensionais.

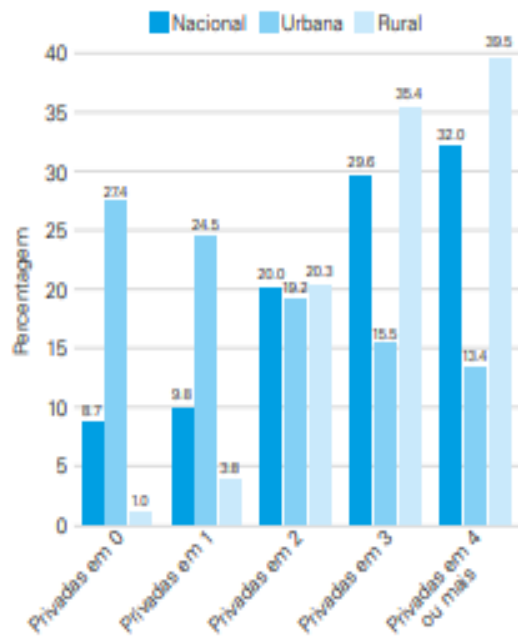


Fonte: Relatório da Pobreza Infantil Multidimensional em Moçambique. 2020. UNICEF/Moçambique 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/mozambique/media/2676/file/Resumo%20do%20Relat%C3%B3rio:%20Pobreza%20Infantil%20Multidimensional%20em%20Mo%C3%A7ambique.pdf> (34)

As privações sofridas pelas crianças em Moçambique são profundas e cumulativas. A maioria das crianças moçambicanas (82 por cento) sofre mais de uma forma de privação ao mesmo tempo. Quase um terço das crianças (30 por cento) sofre três ou mais privações simultâneas ao mesmo tempo. Outro terço das crianças do país (32 por cento) são afectadas por quatro ou mais formas de privação. As diferenças entre as crianças que vivem nas zonas urbanas e rurais são bastante dramáticas, particularmente nos níveis mais elevados de privações cumulativas: 40 por cento de todas as crianças rurais sofrem de quatro ou mais formas de privação, em comparação com apenas 13 por cento das crianças urbanas.

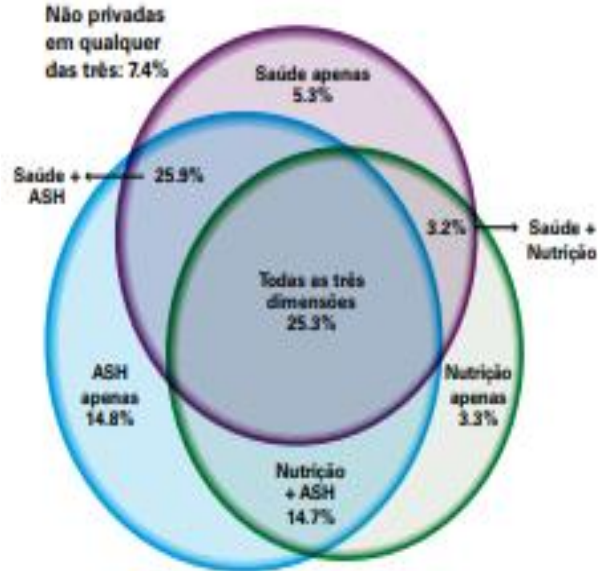
A maioria das crianças menores de cinco anos são privadas em três ou mesmo quatro ou mais dimensões.

Figura 6. Proporção de crianças privadas por número de privações e localização



Fonte: Ferrone, Rossi e Bruckauf (2018), com base em dados do IOF 2014/2015 e no MEF (2018)

Figura 7. Sobreposição de privações em Nutrição, Saúde e Água, Saneamento e Higiene (ASH)



Fonte: Ferrone, Rossi e Bruckauf (2018), com base em dados do IOF 2014/2015 e no MEF (2018)

Fonte: Relatório da Pobreza Infantil Multidimensional em Moçambique. 2020. UNICEF/Moçambique 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/mozambique/media/2676/file/Resumo%20do%20Relat%C3%B3rio:%20Pobreza%20Infantil%20Multidimensional%20em%20Mo%C3%A7ambique.pdf> (34)

A modo de conclusão apresenta-se na tabela seguinte o resumo da informação das taxas de privação, desagregada por diferentes dimensões.

Tabela 5. Taxas de privação por indicadores e dimensões (%)

Dimensões	Indicadores	Idade	Nacional	Rural	Urbana	Norte	Centro	Sul
FAMÍLIA	Sem pais	0-12	9.6	9.1	10.9	8.1	10.1	11.2
	Casamento infantil	13-17	6.3	7.6	4.1	7.3	6.8	4.4
NUTRIÇÃO	Desnutrição crónica	0-4	42.4	45.2	34.4	49.8	43.4	25.6
	Baixo peso		15.7	17.4	10.8	19.6	16.0	6.9
	Desnutrição aguda		4.4	4.8	3.5	6.6	3.8	1.8
EDUCAÇÃO	Não matriculados	5-12	25.9	29.9	15.4	37.9	24.5	7.6
	Ensino primário não concluído	13-17	69.1	80.3	45.6	82.2	73.7	42.5
TRABALHO	Trabalho infantil	5-17	11.5	14.6	4.5	13.0	11.6	9.1
SAÚDE	Sem rede mosquiteira	0-4	38.6	42.8	26.9	33.0	41.3	42.4
	Distância até à unidade sanitária	0-17	32.9	35.8	25.6	41.3	32.9	19.2
ÁGUA, SANEAMENTO E HIGIENE	Fonte de água potável não melhorada	0-17	42.5	54.4	13.3	50.7	48.5	15.9
	Distância até obter água		9.0	11.8	2.1	12.8	7.6	5.7
	Saneamento não melhorado		73.5	85.6	44.0	79.0	81.0	48.4
PARTICIPAÇÃO	Falta de acesso à informação	0-17	24.9	30.2	12.0	35.2	26.5	4.7
HABITAÇÃO	Sobrelotação	0-17	16.2	20.1	6.9	11.6	20.9	13.9
	Chão / telhado primitivos		57.2	71.2	23.0	73.3	66.2	11.7
	Sem electricidade		73.6	91.3	30.1	78.4	82.6	46.3

Fonte: Cálculos baseados nos dados do Inquérito ao Orçamento Familiar de Moçambique 2014/15 (IOF 2014/15).

Fonte: Relatório da Pobreza Infantil Multidimensional em Moçambique. 2020. UNICEF/Moçambique 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/mozambique/media/2676/file/Resumo%20do%20Relat%C3%B3rio:%20Pobreza%20Infantil%20Multidimensional%20em%20Mo%C3%A7ambique.pdf> (34)

BIBLIOGRAFIA

- 1.-Amartya K. Sen. Desarrollo y libertad. Editorial Planeta. Barcelona.2000
- 2.-OXFAM. El Virus de la Desigualdad. 2021. Disponible em: <https://www.oxfam.org/es/informes/el-virus-de-la-desigualdad>
- 3.-Valcarcel, A. Sexo y filosofía: sobre mujer y poder. Barcelona. 1994. Disponible em: http://www.mujiresenred.net/IMG/pdf/sexo_y_filosofia_-_I.pdf
- 4.-Tezanos, S; Quiñones, A; Gutiérrez, D; Madrueño, R. Desarrollo humano, pobreza y desigualdades. Manuales sobre cooperación y desarrollo. Cátedra de Cooperación Internacional y con Iberoamérica - Universidad de Cantabria. 2013. Disponible em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/Espana/catedra-coiba/20161216043133/pdf_1139.pdf
- 5.- Mount, F, (2008): "Five Types of Inequality". Informing debate. The social evils series, Joseph Rowntree Foundation. Reino Unido. 2008. Disponible em: https://www.jrf.org.uk/sites/default/files/jrf/migrated/files/2289_0.pdf
- 6.- Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR). Desigualdades Sociales, tipos y consecuencias. Disponible em: <https://eacnur.org/blog/que-es-desigualdad-que-tipos-existen-y-que-consecuencias-tiene-tc-alt45664n-o-pstn-o-pst/>
- 7.-OXFAM. Desigualdad social: ejemplos en la vida cotidiana. 2016. Disponible em: [https://blog.oxfamintermon.org/desigualdad-social-ejemplos-en-la-vida-cotidiana/\(.....\)](https://blog.oxfamintermon.org/desigualdad-social-ejemplos-en-la-vida-cotidiana/(.....))
- 8.- Escola de Cultura de Pau. Alerta 2020! Informe sobre conflictos, derechos humanos y construcción de paz. Editorial Icaria Barcelona.2020. Disponible em: <https://escolapau.uab.cat/img/programas/alerta/alerta/20/alerta20e.pdf>
- 9.- Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR). Tendencias globales de desplazamiento forzado en 2019. Disponible em: https://www.acnur.org/5eeaf5664#_ga=2.111664640.503831765.1612661593-573422691.1612661593
- 10.- Statista. Infografías. 2020. Disponible em: <https://es.statista.com/grafico/20545/las-sociedades-mas-desiguales-del-mundo/>
- 11.- Inequality-adjusted Human Development Index. 2020. Disponible em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_pa%C3%ADses_por_IDH_ajustado_%C3%A0_desigualdade/
- 12.- Banco Mundial. Infografía: Índice de Oportunidades Humanas. Banco Mundial. 2018. Disponible em: <https://www.bancomundial.org/es/news/infographic/2016/10/24/infografia-indice-de-oportunidades-humanas>.
- 13.- Red de pobreza multidimensional (MPPN). Red de Pobreza multidimensional y COVID19. Disponible em: <https://mppn.org/es/pobreza-multidimensional-covid>
- 14.- OMS/PAHO. Objetivos do Desenvolvimento do Milénio. NU. 2015 Disponible em : https://www.paho.org/bireme/index.php?option=com_content&view=article&id=301:os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio-e-a-agenda-pos-2015&Itemid=183&lang=es .
- 15.- Nações Unidas Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em Moçambique. Disponible em : <https://mozambique.un.org/pt/sdgs/>
- 16.- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Metas ODS Nº 10. Redução das Desigualdades. Disponible em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods10.html>

- 17.-Naciones Unidas. Informe de los Objetivos de Desarrollo Sostenible 2020. Disponível em: https://unstats.un.org/sdgs/report/2020/The-Sustainable-Development-Goals-Report-2020_Spanish.pdf
- 18.- Agência das Nações Unida para a Mulher (ONU MULHER). El Progreso de las Mujeres en el Mundo 2019-2020: Familias en un mundo cambiante”. 2020. Disponível em: <https://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/library/publications/2019/progress-of-the-worlds-women-2019-2020-en.pdf?la=es&vs=3512>
- 19.-Banco Mundial. The World Bank Annual Report 2018 (Portuguese). Washington, D.C.: World Bank Group. <http://documents.worldbank.org/curated/en/584141538160814046/The-World-Bank-Annual-Report-2018>
- 20.-Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Relatório Africano de Desenvolvimento Humano: Acelerar a igualdade e género e o empoderamento das mulheres. Nova York. 2014 Disponível em: [www.undp.org › docs › Reports](http://www.undp.org/docs/Reports)
- 21.-IFAD. Brief on gender and social inclusion. 2020. Disponível em: https://www.ifad.org/documents/38714170/41801153/genderbrief_esa.pdf/19b405a0-2a72-de2d-acc4-04a42ea44274
- 22.-O Relatório Africano de Desenvolvimento Humano: “Acelerar a igualdade de género e o empoderamento das mulheres de 2014”, indica, entre outros os seguintes elementos: Fonte: Relatório Africano de Desenvolvimento Humano: Acelerar a igualdade e género e o empoderamento das mulheres de 2014. Disponível em: www.undp.org/docs/Reports
- 23.-PNUD. Informe de Desarrollo Humano. 2020. INEQUALITY IN A RAPIDLY CHANGING WORLD. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2020_overview_spanish.pdf, ou em: <https://www.un.org/development/desa/dspd/wp-content/uploads/sites/22/2020/01/World-Social-Report-2020-FullReport.pdf>
- 24.-Instituto Nacional de Estatística. População Moçambicana para 2021. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/noticias/populacao-mocambicana-para-2021>
- 25.- Maquenzi, J. Pobreza e desigualdades em zonas de penetração de grandes projectos: Estudo de caso em Namanhumbir – Cabo Delgado. Observatório do Médio Rural (OMR). Nº 77. AGOSTO 2019. Disponível em: <https://omrmz.org/omrweb/wp-content/uploads/OR-77-Pobreza-e-desigualdades-em-Namanhumbir.pdf>
- 26.-Machel, G. Moçambique ainda não recuperou do impacto das dívidas ocultas Artigo de RTP notícias. 23 Novembro 2020. Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/mocambique-ainda-nao-recuperou-do-impacto-das-dividas-ocultas_n1277429
- 27.- Taxas para os utentes nos serviços de saúde. Apresentação realizada pela OMG Médicos Sem Fronteiras (MSF) na Iª Conferência Internacional sobre DSS, organizada pela Aliança da Saúde. Maputo 2018. Disponível em: <https://www.medicusmundimozambique.org/es/actividades/i-conferencia-internacional-sobre-determinantes-sociales-de-la-salud>
- 28.- Que preço os moçambicanos estão a pagar pela dívida pública insustentável? Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD). Disponível em: <http://www.cddmoz.org>
- 29.-Quarta Avaliação da Pobreza em Moçambique. Banco Mundial. 2016. Disponível em: <http://documents1.worldbank.org/curated/en/600731554132409626/pdf/Overview.pdf>
- 30.- Mundos Distantes. Saúde Reprodutiva e Direitos numa Era de Desigualdade Suplemento Nacional do Estado da População Mundial, 2017. FNUAP https://mozambique.unfpa.org/sites/default/files/submissions/SECTION%20VI%20-%20ANNEX%20b_ITEM%206%20SWOP%20Supplement.pdf

31.- João Mosca e Máriam Abbas. Observatório Rural em Moçambique (ORM.) Políticas Públicas e Desigualdades Sociais e Territoriais em Moçambique. ORM Nº 42. Julho 2016 Disponível em: <https://omrmz.org/omrweb/wp-content/uploads/Observador-Rural-42.pdf>

32.-Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Índice de Desenvolvimento Humano: Índice de desenvolvimento de género. Disponível em: <http://hdr.undp.org/es/content/el-%C3%ADndice-de-desarrollo-de-g%C3%A9nero>.

33.- Rachide, A. Pobreza no meio rural. Situação de famílias monoparentais chefiadas por mulheres. Observatório do Médio Rural (OMR). Nº 83. H. Janeiro 2020. Disponível em: <https://omrmz.org/omrweb/wp-content/uploads/Observador-Rural-42.pdf>

34.- Relatório da Pobreza Infantil Multidimensional em Moçambique. 2020. UNICEF/Moçambique 2020. Disponível em:
<https://www.unicef.org/mozambique/media/2676/file/Resumo%20do%20Relat%C3%B3rio:%20Pobreza%20Infantil%20Multidimensional%20em%20Mo%C3%A7ambique.pdf>